



Diário Oficial do Poder Legislativo

3ª Sessão Legislativa
da 12ª Legislatura

ANO XLVII

RIO BRANCO - AC, 8 DE OUTUBRO DE 2009

N.º 3772

MESA DIRETORA

EDVALDO MAGALHÃES
Presidente

TAUMATURGO LIMA
1º Secretário

ELSON SANTIAGO
2º Secretário

HELDER PAIVA
1º Vice-Presidente

ANTONIA SALES
2ª Vice-Presidente

WALTER PRADO
3º Secretário

NOGUEIRA LIMA
4º Secretário

GABINETE DAS LIDERANÇAS

PT - Ney Amorim

BPR - Moisés Diniz

PMDB - Chagas Romão

PSDB - Mazinho Serafim

PP - Maria Antonia

DEM - Nogueira Lima

PSB - Delorgem Campos

PPS - Idalina Onofre

PDT - José Luis

PIN - José Carlos

PT do B - Gilberto Diniz

PSL - Luiz Calixto

Líder do Governo - Moisés Diniz

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PT - Taumaturgo Lima, Francisco Viga,
Ney Amorim, Perpétua de Sá

PPS - Idalina Onofre.

PMDB - Antônia Sales, Chagas Romão.

PSDB - Donald Fernandes, Luiz Gonzaga,
Mazinho Serafim.

BPR - Dinha Carvalho, Edvaldo Magalhães,
Moisés Diniz, Helder Paiva.

PSB - Delorgem Campos.

PDT - José Luis, Walter Prado.

PP - Elson Santiago, Maria Antonia.

DEM - Nogueira Lima

PIN - José Carlos.

PT do B - Gilberto Diniz.

PSL - Luiz Calixto.

PR - Josemir Anute

ATOS DA MESA DIRETORA

RESOLUÇÃO N. 201/2009

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de
suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o senhor **João Reis de Almeida**, Coordenador Especial de Processos para, no município de Cruzeiro do Sul - AC, nos dias 25 a 27 de setembro de 2009, tratar de assuntos de interesse do Poder Legislativo.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a duas diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 24 de setembro de 2009.

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Elson Santiago
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 202/2009

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso
de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Deputado **Ney Amorim**, integrante do Partido dos Trabalhadores - PT para, na cidade de Manaus - AM, nos dias 25 a 27 de setembro de 2009, tratar de assuntos de interesse do Poder Legislativo.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a duas diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 28 de setembro de 2009.

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Elson Santiago
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 203/2009

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de
suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Deputado **Elson Santiago**, integrante do Partido da Mobilização Nacional - PMN para, na cidade de Porto Velho - RO, nos dias 25 a 27 de setembro de 2009, tratar de assuntos de interesse do Poder Legislativo.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a duas diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 28 de setembro de 2009.

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Walter Prado
2º Secretário, em exercício

RESOLUÇÃO N. 204/2009

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso
de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor **Solônidas Nascimento Maia**, Auxiliar Legislativo, CL "C", CÓD. PL-NB-401, Ref. 14, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre para, no município Cruzeiro do Sul - AC, nos dias 1º a 3 de outubro de 2009, tratar de assuntos de interesse do Poder Legislativo.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a duas diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 5 de outubro de 2009.

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Elson Santiago
2º Secretário

ATOS DO PRIMEIRO SECRETÁRIO

PORTARIA N. 301/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 1287/2009**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Selma Machado de Souza**, Técnico Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NM-301, Ref. 16, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **três meses de Licença-Prêmio**, a contar de 1º de outubro a 29 de dezembro de 2009, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 18 de setembro de 2009.

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N. 302/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 1289/2009**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Neurizete do Carmo da Conceição**, Analista Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NS-101, Ref. 16, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **noventa dias de Licença** para tratamento de saúde, a contar de 15 de setembro a 13 de dezembro de 2009, nos termos do art. 107 da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 18 de setembro de 2009.

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N. 303/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 1288/2009**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Francisca das Chagas Costa da Silva**, Apoio Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NE-501, Ref. 15, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **quinze dias de Licença para tratamento de saúde**, a contar de 15 a 29 de setembro de 2009, nos termos do art. 107 da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Rio Branco, 18 de setembro de 2009.

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N. 304/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 1306/2009**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Maria Ruth Batista da Silva**, Apoio Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NE-501, Ref. 15, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **um mês de Licença-Prêmio**, a contar de 21 de setembro a 20 de outubro de 2009, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Rio Branco, 23 de setembro de 2009.

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N. 305/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 1.312/2009**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede a servidora **Maria Ramid Said Ganun Cunha**, Técnico Legislativo, CL. "D", CÓD. PL-NM-301, Ref. 21, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **um mês de Licença-Prêmio**, a contar de 28 de setembro a 27 de outubro de 2009, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Rio Branco, 23 de setembro de 2009.

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N. 306/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 1317/2009**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Labina E. Barroso Melo Gadelha**, Técnico Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NM-301, Ref. 17, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **um mês de Licença-Prêmio**, a contar de 5 de outubro a 3 de novembro de 2009, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 24 de setembro de 2009.

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N. 307/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 1345/2009**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Maria do Socorro Celestino Rodrigues**, Auxiliar Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NB-401, Ref. 15, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **um mês de Licença-Prêmio**, a contar de 1º a 30 de outubro de 2009, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Rio Branco, 1º de outubro de 2009.

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N. 308/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 1351/2009**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Maysa Furtado Feitosa**, Analista Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NS-101, Ref. 18, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **um mês de Licença-Prêmio**, a contar de 5 de outubro a 3 de novembro de 2009, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Rio Branco, 1º de outubro de 2009.

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N. 309/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 1365/2009**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Ana Paula Catter Santiago**, Auxiliar Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NB-401, Ref. 15, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **um mês de Licença-Prêmio**, a contar de 5 de outubro a 3 de novembro de 2009, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Rio Branco, 5 de outubro de 2009.

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N.310/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 1369/2009**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Maria Clementina Aboaxe dos Santos**, Auxiliar Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NB-401, Ref. 16, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **180 dias de Licença para tratamento de saúde**, a contar de 14 de setembro de 2009 a 12 de março de 2010, nos termos do art. 107 da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 5 de outubro de 2009.

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

ATOS DA SECRETÁRIA EXECUTIVA

PORTARIA N.334/2009

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

ATRIBUIR à servidora **Francisca Lucas de Oliveira**, Técnico Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NM-301, Ref. 16, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, a **Gratificação de Nível Superior correspondente a vinte por cento** do vencimento do seu cargo efetivo, conforme parecer exarado pela Consultoria Jurídica desta Casa, nos autos do Processo n. 1299/2009, com base no Certificado de Conclusão expedida pela Universidade Paulista - UNIP.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 1º de outubro de 2009.

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N. 335/2009

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, do cargo em comissão de Secretários Parlamentares, que atuaram junto ao gabinete do Deputado **Merla Albuquerque**, integrante do Partido dos Trabalhadores – PT, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 1º de outubro de 2009:

Alessandra Melo Viana	SP-EG-26;
Ana Maria Braga Costa	SP-EG-26;
Belmiro Macambira de Oliveira Filho	SP-EG-24;
Cosme Chaves Silva	SP-EG-24;
Dalvanira de Cassia Meireles Saraiva	SP-EG-14;
Eliane Melo de Aquino	SP-EG-24;
Etza dos Santos Costa	SP-EG-22;
Francisco Ribeiro de Souza	SP-EG-01;
GlauberSON da Silva Cavalcante	SP-EG-20;
Gilsomar Marques Américo	SP-EG-12;
Hecton da Silva Magalhães	SP-EG-25;
José Rones de Aguiar Pereira	SP-EG-26;
José Jefferson Brandão de Melo	SP-EG-18;
Jonas Rodrigues Tavares	SP-EG-24;
Livia Cibele S. Damasceno	SP-EG-22;
Luara Vitorino de Souza	SP-EG-15;
Luana Brasileiro Queiroz	SP-EG-05;
Luzivera Batista	SP-EG-15;
Maria Antonieta dos Santos Ferreira	SP-EG-12;
Maria das Graças Domingos da Silva	SP-EG-24;
Maria Jaqueane FragoSo da Costa	SP-EG-24;
Marlinda Saboia Dantas	SP-EG-24;

Maycon Cordeiro Aleixo	SP-EG-26;
Michelle da Costa Araújo	SP-EG-15;
Pamela Moraes Braga	SP-EG-26;
Ronilda Souza da Silva	SP-EG-20;
Thaina da Silva Lessa	SP-EG-25;
Thaynnara de Fatima Alves Cavallieri	SP-EG-02;
Tiago Brilo de Lima	SP-EG-23; e
Verbênia Lacerda Dantas V. Delgado Moreira	SP-EG-02.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 6 de outubro de 2009.

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N. 336/2009

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora **Honoria Ortega do Valle**, Técnico Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NM-301, Ref. 15, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, para responder pelo Serviço de Apoio Operacional da Secretaria Executiva desta Casa, a partir de 5 de outubro a 3 de novembro de 2009, enquanto durar o afastamento da titular do cargo, por motivo de gozo de Licença Prêmio.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 6 de outubro de 2009.

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N. 337/2009

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora **Maria Raimunda Souza de Oliveira**, Auxiliar Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NB-401, Ref. 14, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, para responder pelo Serviço de Ambulatório Médico da Subsecretária de Gestão de Pessoas desta Casa, a partir de 5 de outubro a 3 de novembro de 2009, enquanto durar o afastamento da titular do cargo, por motivo de gozo de Licença-Prêmio.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 6 de outubro de 2009.

Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

80ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA

Realizada em 6 de outubro de 2009
Presidência: Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Secretaria: Deputado TAUMATURGO LIMA

PRESENTES: Deputados Edvaldo Magalhães, Dinha Carvalho, Moisés Diniz, Helder Paiva e Josemir Anute, do BPR; Francisco Viga, Ney Amorim, Perpétua de Sá e Taumaturgo Lima, do PT; Donald Fernandes e Luiz Gonzaga, do PSDB; Chagas Romão, do PMDB; Delorgem Campos e Walter Prado, do PSB; Elson Santiago e José Luis, do PMN; Idalina Onofre, do PPS; Maria Antonia, do PP; Nogueira Lima, do DEM; José Carlos, do PTN; Gilberto Diniz, do PT do B e Luiz Calixto, do PSL.

AUSENTES: Deputados Mazinho Serafim, do PSDB e Antonia Sales, do PMDB.

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

EXPEDIENTE

OF/GAB/PGJ/N. 1.026/2009, da Senhora Giselle Mubarak Detoni, Procuradora-Geral de Justiça, em exercício, encaminhando proposta de orçamento do Ministério Público Estadual do Acre para o exercício financeiro de 2010;

Indicação n. 125/2009, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Helder Paiva, solicitando à Mesa Diretora, que, após ouvido o plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para junto a Secretaria Executiva do Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – utilizando o bem sucedido serviço de atendimento móvel, realize visitas periódicas aos Municípios de Plácido de Castro, Acrelândia, Capixaba, Xapuri, Brasília e Assis Brasil;

Indicação n. 126/2009, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Helder Paiva, solicitando à Mesa Diretora, que, após ouvido o plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para junto ao Instituto de Administração Penitenciária – DAP e Secretaria de Infraestrutura, Obras Públicas e Habitação, proceda a recuperação da estrutura do Prédio do antigo CFAP, principalmente o telhado, onde funciona o centro prisional de recuperação conhecido como “papudinha”;

Projeto de Lei n. 48/2009, de autoria do Deputado Helder Paiva, que “Declara de Utilidade Pública a Fundação Ebenézer – e dá outras providências”;

Projeto de Lei n. 49/2009, de autoria do Deputado Moisés Diniz, que “Torna de utilidade pública a Comissão Pastoral da Terra, CPT, seccional Acre e adota outras providências”.

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Convidamos as lideranças partidárias, a adentrarem ao plenário da Casa, para que possam participar da posse da Deputada Dinha Carvalho.

Está suspensa a presente Sessão. (PAUSA)

Declaramos reabertos os trabalhos.

PEQUENO EXPEDIENTE

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PSL) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, inicialmente eu gostaria de cumprimentar a Deputada Dinha Carvalho pela posse e dizer que V. Exa. não é nenhuma novata no nosso Parlamento. Na Legislatura passada tivemos o prazer de conviver durante quatro anos e, em que pese as nossas divergências de posicionamento político, construímos um extraordinário relacionamento de amizade pessoal. Portanto, quero desejar-lhe sucesso e êxito nesse mandato que o povo lhe outorgou.

Senhor Presidente, nessa madrugada o Governo do Estado do Acre passou por duas situações inusitadas: Na primeira, uma mãe em total estado de desespero, recorreu à Justiça para que obrigasse o Estado a cumprir sua função constitucional de salvar vidas e de prestar assistência à população. A decisão determinava que o Governo do Estado adquirisse, imediatamente, um equipamento que seria destinado a aplicação continuada de insula em uma criança de treze anos. Ela teve a sua pretensão, inicialmente, negada, mas recorreu à Justiça e ganhou. Porém, o Governo do Estado em vez de cumprir a determinação judicial, entrou com um pedido de embargo judicial. Felizmente, depois que o Deputado Moisés Diniz tomou conhecimento da denúncia, agiu e o Governo

voltou atrás e decidiu adquirir o equipamento; uma prova de que quando este Governo é cobrado, às vezes, funciona.

Esse aparelho custa em torno de R\$ 12.000,00, o que não significa absolutamente nada quando se trata de salvar uma vida. Este é o primeiro fato inusitado.

O segundo, é que o mesmo Governo, que só comprou o equipamento depois que se moveu o mundo, cobrando, denunciando e principalmente pela belíssima reportagem contida no Site ac24horas, patrocinou a “Festa do Cotoco”, encontro chamado de “Fora do Eixo”, em que a foto final do evento, Deputada Perpétua de Sá, e eu tenho certeza que V. Exa. se envergonha, são todos os participantes enovando fenomenais cotocos, não se sabe para quem, se para mim, se para o povo acreano ou para aquela criança que necessitava de um aparelho de aplicação continuada de insula.

Portanto, estes são os dois fatos inusitados. De um lado as pessoas morrendo e recorrendo à Justiça, ao Ministério Público, em busca daquilo que o Governo teria a obrigação de cumprir voluntariamente. E de outro, os recursos públicos sendo utilizados para patrocinar um encontro denominado “Fora de Eixo”, mas que o nome mais apropriado, em razão da foto final do evento, é a “festa do cotoco”. Todos os participantes, não vou repetir o gesto aqui em respeito a esta Assembleia e às pessoas que nos assistem, mas quem tiver interesse, visite os sites, os blogs, que verão mais de cinquenta pessoas fazendo esse gesto obsceno. Como se não bastasse o anfitrião do encontro, na semana passada, também apresentou ao povo acreano um fenomenal cotoco.

Queria fazer essas duas observações para dizer que ao mesmo tempo que o Governo nega e atende uma reivindicação depois de ser empurrado; manda dinheiro para pagar lanches, clube e outras coisas para que se realizasse a “Festa do Cotoco”, uma vergonha e tenho certeza que os Deputados Governistas não compactuam com esse tipo de procedimento, principalmente no desrespeito ao povo acreano. Quem tiver que tirar suas fotografias com o cotoco que o faça trancado em quatro paredes e não em eventos bancados com o dinheiro público.

Obrigado, Senhor Presidente.

(Sem revisão do orador)

Deputada IDALINA ONOFRE (Líder do PPS) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em recente viagem do Governador Binho Marques ao exterior, ele destacou, no evento do qual participou, a opção do Acre pela floresta em pé. Só que ele deveria ter acrescentado também que era a floresta em pé e o povo deixado, morto. Aqui, Deputada Perpétua de Sá, ele fala que o Estado tem políticas públicas de conservação baseado no modelo de desenvolvimento. Eu gostaria de ver esse tão propagado modelo de desenvolvimento, porque o que eu sei é que o povo da floresta continua na miséria.

Há pouco tempo o Deputado Nogueira Lima leu aqui na tribuna uma carta enviada da Reserva Chico Mendes, onde um Senhor relatava a vida naquele local. Então, é muito fácil ir para outro país falar que o Acre está buscando qualidade de vida para os povos da floresta, elegendo a proteção e o uso inteligente como desafio fundamental. Eu não estou vendo nada de inteligente nesse tão divulgado desenvolvimento ambiental. Eu estou atrás, Deputado Nogueira Lima, dos quatro mil quilômetros de ramaís e não estou encontrando. Eu estou atrás do que está sendo levado para o homem da floresta, de onde as árvores são levadas para serem exportadas. Quero saber também se não pode ser criada uma lei que determine que pelo menos 60% daquela madeira, fique aqui, já que as marcenarias estão fechando.

As riquezas de nossas florestas estão indo embora, basta sentar por uma hora naquele trevo do aeroporto para contar quantos caminhões passam carregados com madeira. Estão enriquecendo meia dúzia de pessoas e esta riqueza não retorna ao homem que vive na mata. Lá ele continua na miséria, mas aqui o Governador

coloca que avançamos nas práticas sustentáveis e em medidas institucionais de proteção à floresta. Eu acho que devemos protegê-la, mas isso tem que estar aliado e bem casado com a proteção ao ser humano que vive nela, que é quem realmente a protege.

O Governador diz que tudo que queremos é valorizar a florestania e transformar o Acre na prova de que a Amazônia é um bom lugar para se viver em paz com a natureza. Claro, depois de aposentados, nós podemos até chegar num sítio, amarrar uma rede e balançar de um lado para o outro enquanto o churrasco está assando. Mas o ribeirinho que vive onde não tem nenhum ramal, praticamente nada, onde a Malária está matando as pessoas e a fome é muito maior, não, por causa da proibição das queimadas e pela falta de tecnologia. O homem não pode plantar, tudo é proibido. Isso é dizer que se está cuidando da floresta? A não ser que seja na contramão, acabando com o povo que ali vive, um povo sofrido e abandonado, Deputado Nogueira Lima.

Então, Senhores, fazer discurso bonito lá fora é muito bom, mas eu quero ver S. Exa., o Governador, repetir esse mesmo discurso para os ribeirinhos que moram nas matas. Gostaria de ver a coragem do Governador ao apresentar esse projeto para aquelas pessoas que são prejudicadas por ele.

Deputado Donald, eles nem imaginam o que seja Saúde, pois não chega até lá. Eles não têm acesso a nada relacionado a esta questão. O Governo faz discurso bonito lá fora, tenta passar uma boa imagem, mas aqui está matando o nosso povo. Obrigado. (Sem revisão da oradora)

Deputado NOGUEIRA LIMA (Líder do DEM) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, companheiros no Salão do Povo, companheiros da Imprensa, um jornal de domingo traz declarações do nosso Senador da República, Tião Viana, dizendo que a Oposição no Acre está perdida, ainda não se reciclou.

Eu tenho a semana inteira para debater essa matéria, Deputado Donald. Isso é campanha eleitoral com dinheiro público. Olhem as fotos do Senador todo bonito e o TRE está caladinho.

Ele fala da construção de um novo aeroporto com pista dupla. Senhores, para que precisamos de duas pistas? Nós temos apenas dois vãos, isso não é muita hipocrisia? A população de Campinas está esperando há oito anos que a promessa do senadorzinho seja cumprida. Promessa essa, Deputada Idalina, que foi feita lá em Cruzeiro do Sul, naquela cidadezinha. Há oito anos o pessoal de Campinas e da Vila do V, estão esperando que suas cidades sejam transformadas em municípios. E vem o Senador dizer que vai ser construída mais uma pista de pouso, é brincar com a consciência desse povo humilde, de coração grande.

Vários o Governador ir lá não sei onde dizer que o povo do Acre, há 10 anos, pediu para que se implantasse a florestania no Estado; a florestania está instalada nos bolsões da periferia, onde o Deputado Walter Prado disse que tem vinte mil acreanos vendendo drogas. Esse é o Governo do PT.

Ele costuma dizer: A Oposição só fala de Reserva, mas nós não temos Reserva Senhores, lá nós somos todos iguais. Agora ele aqui está dizendo que nem Reserva tem, porque até hoje estão no poder. O Senador ainda não disse que é candidato a governador, em momento algum ele abre o jogo e sabe por quê? Porque ele não é candidato, o povo já descobriu que ele fala muito, menos a verdade.

De repente chega o Deputado Luiz Calixto mostrando umas fotos de uma festa do PT e todo mundo está dando "cotoco". Para quem? Para nós da Oposição? Para o povo do Acre? Ou para eles mesmos? Até um Secretário está fazendo esse gesto, não é Deputado Luiz Calixto? Essa festa foi feita lá no Clube do Amazonas, que fica perto do Parque das Acácias e é de um petista debente.

O Senador vem aqui e diz: "A Oposição está sem eira e nem beira". Quem é que está sem eira e nem beira com isso aqui? Somos nós, Deputado Calixto? Nós temos candidatos a governo: Bocalom e Rodrigo Pinto; candidatos ao Senado qualificados para

discutir os problemas da Capital e do interior do nosso Estado e não para virem aqui dizer que construirão duas pistas de pouso.

Obrigado, Senhor Presidente.
(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Solicitamos a retirada da expressão Senador mentiroso, utilizada no discurso do Deputado Nogueira Lima.

GRANDE EXPEDIENTE

Deputado GILBERTO DINIZ (Líder do PT do B) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, ouvintes no Salão do Povo, o que me traz à tribuna no dia de hoje, é uma reivindicação feita pelos Agentes Penitenciários do Município de Sena Madureira, que há duas semanas foram convocados para ingressar ao cargo público e efetuar o serviço de segurança e quando foi agora receberam um outro comunicado, onde dizia que seriam chamados somente em 2010. No entanto os que fizeram o concurso na capital já foram convocados. Isso me lembra a época do ex-Governador Orlei Cameli, que aconteceu a mesma coisa e até hoje as pessoas estão esperando ser chamadas, mas já se passaram dez anos inclusive, perderam os seus direitos.

A minha preocupação é que naquele município há necessidade desses Agentes de Segurança no presídio, como também nos albergues que atendem menores infratores. Portanto, eu não compreendo por que o Iapen não os convocou e ainda os retirou da pauta. Isso merece uma explicação por parte daquela instituição.

No início desse ano aconteceu uma rebelião onde alguns Agentes Penitenciários, que ainda trabalham de forma provisória no presídio de Sena Madureira, foram acusados de torturar menores. Inclusive eles estão sendo processados e ainda terão que pagar cerca de cinco mil reais aos advogados, porém os seus vencimentos são de R\$ 600,00 reais por mês. Sendo assim, pedimos ao Governo do Estado que sensibilize a direção do Iapen e também designe alguém que possa defendê-los. Porque eles podem pegar, no mínimo, dois anos de reclusão por estarem sendo acusados de tortura. Quando na realidade quem entrou no presídio foram os policiais militares e civis.

Portanto, solicitamos ao Governador Binho Marques que contrate, de imediato, os concursados que estão no cadastro de reserva, como também reveja a situação dos Agentes que trabalham como provisórios e estão sendo processados.

(Sem revisão do orador)

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PSL) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, enquanto alguns petistas se divertiam na "festa do cotoco", o Governador Binho Marques estava na Califórnia, dizendo que fez uma opção pela floresta em pé. Não duvido que os californianos, os americanos, os europeus e a gringarada toda tenham acreditado naquilo que S. Exa., o Governador, apresentou-lhes, porque é muito fácil, é muito cômodo ir a Califórnia contar inverdades, falar potocas, porque ele não falaria isso aqui no Jordão, nem dentro da Reserva Chico Mendes, que se transformou numa imensa fazenda de gado, onde as pessoas abandonaram toda a economia voltada para o extrativismo, porque senão morreriam de fome.

Ele não falaria isso que disse na Califórnia àqueles incautos dos gringos se eles andassem navegando nas beiradas dos rios Tarauacá e Muru ou se visitassem a zona de atendimento prioritário, que só tem as placas entre Manoel Urbano e Feijó. Mas é muito cômodo pegar uma plateia de desenformados e dizer: "Olha, lá a gente valoriza a floresta".

Na floresta do Acre só quem ganha dinheiro são os madeireiros. Vá lá no Antimari e verifique! Façamos uma embaixada de Deputados para ver como as pessoas moram na floresta do

Antimari. Aí nós veremos se o Governador está falando a verdade ou não. Quem ganha muito dinheiro no Acre com a madeira é o Seu Santinho, comprando uma árvore por cem reais e, depois de beneficiada, vende lá fora por mil dólares, enquanto os comunitários, as pessoas que moram no Antimari e na Reserva Extrativista Chico Mendes estão entregues à própria sorte.

O Deputado Delorgem fala isso aqui. No entanto, quando se pega uma plateia de bobos, fala-se o que bem quer. Porém, chame a gringarada para cá e deixe-a ler a reportagem que saiu na Edição Especial da VEJA desta semana e que poucos acreanos leram. Aí sim, constatarão como é que moram os seringueiros e as populações tradicionais na floresta.

Obrigado, meu querido Presidente. Quero dizer que é uma honra ter falado sobre seu comando.

(Sem revisão do orador)

Deputado TAUMATURGO LIMA (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Imprensa e pessoas que se encontram no Salão do Povo, para mim é uma grande honra vir à tribuna sob sua direção. Vou reconer, mais uma vez, a um fato que vem acontecendo na região do Juruá, relacionado à empresa GOL Linhas Aéreas.

Há mais de um mês essa empresa suspendeu os voos de Rio Branco a Cruzeiro do Sul e vice-versa nos finais de semana. Eu acho isso um desrespeito, uma falta de compromisso com a população do Vale do Juruá. Trata-se de uma concessão pública da qual essa empresa assumiu um compromisso para prestar um serviço naquela região, mas presta esse serviço da forma que bem entende.

Vou ao Ministério Público Estadual para tentar resolver essa situação e sugiro para as pessoas que se sentirem prejudicadas com a suspensão dos voos que se dirijam ao Juizado de Pequenas Causas. Não podemos ficar de braços cruzados, a falta de respeito e de compromisso da empresa GOL para com a população do Vale do Juruá não pode continuar.

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PSL – EM APARTE) – Deputado Taumaturgo Lima, enquanto V. Exa. se pronunciava, eu reprisava a fita da Sessão em que alguns comemoravam a chegada da GOL e, salvo melhor juízo, naquela oportunidade V. Exa., os Deputados Edvaldo Magalhães, Idalina Onofre e eu nos posicionamos contra, dizendo que a Empresa GOL age de forma perniciososa. Depois que ela eliminou a concorrência, tirou do mercado a Rico Linhas Aéreas, uma empresa regional com raízes profundas, ela passou a fazer aquilo que V. Exa. também é vítima, ou seja, majorar o preço das passagens, cancelar inexplicavelmente os voos e monopolizar o serviço. Nós e a Justiça temos que tomar uma providência de caráter exemplar. Muitas vezes os funcionários do escritório regional da GOL, neste Estado, não têm culpa porque isso é uma determinação da direção central. Mas a Justiça tinha que colocar um na cadeia. Não que isso fosse resolver o problema, mas, pelo menos, chamaria atenção. Não podemos viver submetidos ao monopólio da GOL. Falo isso não é de hoje. Portanto, eu queria me somar ao vosso pronunciamento e dizer que temos que denunciar nacionalmente essa forma desrespeitosa com que a GOL trata a região do Vale do Juruá e o Brasil. A GOL faz isso em todos os Estados. Ela baixa o preço, quebra o concorrente, depois passa a colocar em prática as regras do monopólio.

Deputado TAUMATURGO LIMA (PT) – Incorporo o aparte do Deputado Luiz Calixto e concedo outro ao Deputado Nogueira Lima.

Deputado NOGUEIRA LIMA (Líder do DEM – EM APARTE) – Deputado Taumaturgo Lima, em primeiro lugar quero parabenizar-lhe pelo discurso. Como falou o Deputado Luiz Calixto, nós avisamos que isso iria acontecer, tanto a Oposição como a Situação. Agora, eu pergunto a V. Exa. o que o Governo do Estado e o ndbre Senador Tião Viana estão fazendo? Porque foi o Senador

quem inventou em trazer a GOL para o nosso Estado. E agora não só o povo do Juruá, mas toda população acreana sofre as consequências. O preço da passagem daqui para Manaus é um absurdo, de Porto Velho para Manaus, custa duzentos e oitenta reais. E daqui para Porto Velho tem dia que pagamos cento e oitenta reais. Isso é brincadeira! E por que o nosso Governador, os Senadores e a Bancada Federal não tomam uma posição? Proponho a V. Exa. que apresente um requerimento solicitando ao Ministério Público Federal e Estadual que investigue essa situação. Faça isso, que eu tenho certeza, Deputado Taumaturgo Lima, que todos estarão juntos com V. Exa., porque é o povo acreano que está sofrendo. Solicito que esse Requerimento seja levado em mãos aos Ministérios Públicos Federal e Estadual, pois assim a população ficará ciente do que está ocorrendo neste Estado.

Deputado TAUMATURGO LIMA (PT) – Incorporo o aparte do Deputado Nogueira Lima. A culpa por isso está ocorrendo não é do Senador Tião Viana. Ao contrário, eu acredito que as pessoas que trabalharam para que a empresa GOL pudesse vir para o Estado do Acre, imaginaram que esse serviço iria melhorar, mas fomos enganados.

O Senador Tião Viana trabalha dia e noite em defesa do desenvolvimento econômico social do nosso Estado. Ele tem prestígio no Senado Federal, é respeitado como um dos melhores Senadores daquela Casa, isso não é dito só pelos petistas, mas também pelos seus adversários. Tenho certeza que pelo trabalho e o compromisso que o Senador Tião Viana presta à população acreana, ele está credenciado a concorrer ao cargo de governo e ganhará essas eleições para que o projeto da Frente Popular não seja interrompido. Tenho certeza, Deputada Perpétua de Sá, que o povo acreano saberá reconhecer tudo o que já foi feito e o que ainda será realizado em prol do nosso Estado.

Portanto, vir aqui apresentar fotografias de reuniões do Senador Tião Viana, dizendo que ele está fazendo campanha, isso não é verdade porque se você pegar os jornais desde o início de sua primeira legislatura, vamos ver o seu desempenho. Então, o que o Senador Tião Viana faz e muito bem, é defender e viabilizar recursos para o nosso Estado. Ele é o nosso candidato ao Governo para continuar esse trabalho, que é vitorioso e reconhecido pelo povo acreano.

(Sem revisão do orador)

Deputado MOISÉS DINIZ (Líder do Governo) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, isso é tempo demais para falar, vou propor que dividamos com o PSL e o DEM, dos meus amigos Luiz Calixto e Nogueira Lima.

O Deputado Gilberto Diniz já tinha informado ao Deputado Luiz Calixto que a convocação dos Agentes Penitenciários foi um erro administrativo, pois não foi autorizada pelo Governador. Foi feito um outro edital convocando dezessete Agentes para o Iapen. Todavia, a partir de um Parecer da PG, foram convocadas cinquenta pessoas para o Instituto Sócio Educativo, porém como elas foram concursadas para o Iapen, terão a liberdade de optar se irão ou não para esse Instituto.

Em fevereiro será convocado mais cinquenta e em julho o mesmo número. Infelizmente é o que o Governo pode fazer, considerando a Lei de Responsabilidade Fiscal. Deputado Walter Prado, com certeza é um problema para Tarauacá, Cruzeiro do Sul e Sena Madureira.

Quanto a questão desta festa que tem esse pessoal fazendo alguns gestos obscenos, não vou entrar no debate, porque o Governo não está participando disso e o Governo não tem o poder de levantar ou baixar o dedo de ninguém, ele apenas financia encontros de jovens, de cultura, de esporte e lazer.

Essa questão da menina que ganhou na Justiça o direito de ter uma máquina para aplicação de insulina. Eu, juntamente com o Secretário Osvaldo Leal e o Sérgio Roberto resolvemos o problema rapidamente, porque na verdade a mãe entrou com uma Ação no

Ministério Público exigindo a insulina e as ampolas. Não foi solicitada nenhuma máquina. Portanto, não houve nenhum recurso por parte da Secretaria de Saúde ou do Governo do Estado contra a ação.

Conversei com o dono do jornal e consegui o telefone da mãe dessa criança e ela, realmente, não disse aquilo que foi divulgado. A prova é tanta que a verdade está sendo recolocada. Eu não tenho a menor condição de tirar doze mil reais do bolso, mas eu ia fazer um empréstimo e aquela menina não iria ficar sem o aparelho. Segundo o jornal, a criança tinha que tomar quinze injeções todos os dias. É algo brutal e jamais nosso Governo agiria de forma desumana. Portanto, houve um mal entendido, porém já conversamos com a mãe dessa garota e a Secretaria de Saúde já está providenciando a máquina para a aplicação da insulina.

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PSL – EM APA RTE) – Obrigado, Deputado Moisés. Sobre os três assuntos que V. Exa. falou, com relação aos Agentes Penitenciários, de certa forma o Governo frustrou a expectativa de mais de duzentas pessoas que foram chamadas, comemoraram, reuniram documentação e em setenta e duas horas depois, o Governo, sem explicação nenhuma, cancelou o edital. Temos, agora, apenas a explicação de V. Exa. de que houve um erro. S. Exa. deixou de fora mais de cento e cinquenta pessoas e optou pela contratação de pouco mais de cinquenta candidatos. De qualquer forma o Governo tem que pensar mais antes de publicar uma convocação, porque uma publicação no Diário Oficial percorre um caminho muito longo, o que daria tempo necessário para saber se houve erro ou não. Mas partindo de V. Exa. eu não tenho o que questionar. Com relação a menina Carina, graças a Deus V. Exa. é um Deputado que acorda cedo, porque se esse assunto não tivesse sido divulgado na Imprensa, dificilmente a sua resolução teria sido encaminhada com a celeridade que doteve a partir da divulgação no site ac24horas. Em relação a festa do “cotoco”, tenho absoluta certeza que V. Exa. não concorda com isso, mas o Governo tem relação com o evento, pois ele foi bancado, patrocinado com recursos públicos e o próprio Secretário já tinha feito uma prévia do “cotoco” que eles dariam ao povo acreano. Porque na quinta-feira foi publicada uma foto do Daniel Zen, sozinho, dando “cotoco”. E, agora, no encerramento, parece que os participantes quiseram prestar solidariedade a ele e ofereceram uma dezena de “cotocos” ao povo acreano. Sei que V. Exa. reprova esse tipo de atitude, mas o Governo deveria pedir ao Secretário o mínimo de postura e olhe que o Daniel é uma pessoa, o próprio nome diz, zen, ele é tranquilo, mas vacilou. A partir de hoje, em todos os momentos em que eu tiver discursando com ele, vou apelidá-lo de Daniel “cotoco”. Obrigado, Senhor Presidente.

Deputado MOISÉS DINIZ (Líder do Governo) – Eu sei que V. Exa. é um homem culto, gentil, educado e não vai fazer isso. O Secretário jamais fez isso, o Governo financia o encontro, se no encerramento alguém resolve fazer algum gesto obsceno, é complicado. Respeito V. Exa, mas não vou entrar nesse debate, pois ele não é relevante para o Acre.

Eu queria apenas reafirmar que a posição do Governador Binho Marques, lá nos Estados Unidos, em defender a florestania é uma posição de um grupo consolidado e formidável de partidos políticos, de entidades sociais, tanto de trabalhadores como de empresários que defendem a florestania como um conceito de proteção aos mais pobres.

V. Exa. conhece a BR-364 entre Cruzeiro do Sul e Tarauacá e se não fosse esse conceito, inclusive, aprovado pela Assembleia Legislativa, nós hoje não teríamos o único agricultor entre Cruzeiro do Sul e Tarauacá. Estaria como é o caso de Rio Branco a Brasileira; Rio Branco a Porto Velho, ou seja, literalmente ocupado por grandes fazendeiros. E o nosso Governo fez a defesa e hoje estão lá, centenas de agricultores morando à beira do asfalto. No resto do Brasil, eles são expulsos para as periferias das cidades. Portanto, esse é o conceito que o Governador Binho Marques defende do outro lado do Atlântico, em Santa Rosa e no Jordão.

O Governo não tem vergonha de dizer que está investindo mais de vinte milhões de reais apenas em recuperação e reconstrução de escolas rurais. Nós somos o único Estado do Brasil, e considerando que a zona rural do nosso País é miúda, onde 100% dos professores rurais estão fazendo faculdade. Isto custa dinheiro. Estados ricos como o Amazonas, Rondônia, Pará não chegaram a 50%.

Então, Senhor Presidente, o debate em defesa desse modelo, dá-se em defesa dos pequenos. Eu, depois de amanhã, estou subindo o Rio Jordão e vou até a Reserva Extrativista de Alagoas. Lá existem problemas sim, antigamente era só tratorar a floresta e criar boi. Era apenas isso que tinha no Acre. Os grandes seringalistas, quando faliu a cultura da borracha, vieram para cidade, abriram comércio grandes fazendas, é por isso que surgiram essas dezenas de bairros nas grandes cidades do Acre. V. Exas. sabem disso. Nós estamos há dez anos tentando reverter esse quadro e não é fácil. A política de que a floresta em pé rende mais recurso, não é fácil. Portanto, Senhores, o esforço esta sendo feito, porque o modelo de simplesmente derrubar tudo e criar boi é o mais fácil, assim como é mais fácil esse discurso.

O meu ato democrático, hoje, foi conceder um aparte ao Deputado Luiz Calixto, mas preciso concluir o meu raciocínio.

Nós somos parte, meu querido amigo Deputado Nogueira Lima, de um projeto vitorioso, que não só cuida do homem pequeno, do mais pobre, como também da integração entre os municípios, porque na hora em que entregamos o asfalto lá em Cruzeiro do Sul, com quase quatrocentos milhões de reais em construção de pontes, isto é inclusão social. Só quem mora em Tarauacá, Feijó, Cruzeiro do Sul sabe disso.

Vim de carro de Tarauacá e é impressionante, Senhoras e Senhores, a quantidade de brita, de ferro, de cimento, de barro renovável, de máquinas, de homens trabalhando ao longo da estrada, são centenas. Esse é o nosso governo que investe em infraestrutura.

Agora mesmo foi capa dos jornais locais que houve um problema do Ministério do Trabalho em atender a população do Jordão, porque a pista de pouso desse município estava interditada, mas não é porque choveu e não deu para o avião descer. Mas porque estamos investindo quatro milhões de reais, depois de cem anos, nesse município.

Jordão não tinha água potável em nenhuma casa quando o Jorge Viana assumiu. Há dez anos em Jordão a luz apagava nove horas da noite, não tinha segundo grau, hoje tem quatro cursos de nível superior. Estamos investindo em Educação, Saúde, infraestrutura e para a nossa querida Frente Popular isso é florestania.

(Sem revisão do orador)

Deputado DONALD FERNANDES (PSDB) – Bom dia Senhor Presidente, Senhores Deputados e Deputadas, Imprensa, pessoas presentes no Salão do Povo, eu hoje, gostaria de voltar um pouco no tempo para falar sobre o Município de Cruzeiro do Sul.

Em Cruzeiro do Sul, os ocupantes do mercado local foram retirados e alojados, falo dos microempresários, naquele minhocão que é um lugar distante e ruim. E naquela época, eu falava que as obras tinham de ser iniciadas porque estavam paralisadas e as pessoas haviam sido transferidas para o minhocão por esse motivo. E o Governo efetivamente, naquela semana, deu início às obras do Mercado de Cruzeiro do Sul. Depois eu fui lá e vi as péssimas condições em que se encontravam os empresários. Eles não vendiam nada, às vezes R\$ 10,00.

Era um calor imenso, uma insegurança danada, porque ali qualquer um poderia entrar, como aconteceu, e efetuar roubos, mas eu não contava que houvesse um incêndio, porém aconteceu e abalou a vida de muitos microempresários daquele Município. O incêndio no minhocão realmente foi dramático para muitos e preocupante para todos. Porém o que me chamou atenção foi que a obra do Mercado de Cruzeiro do Sul ficou paralisada por 53 dias. As pessoas foram desalojadas e criaram a expectativa de que seriam

levadas a um mercado melhor, só que isso não ocorreu, elas foram levadas à um lugar inóspito, ruim e inseguro. Mas o que me chamou a atenção foi o fato dessa obra já ter sido licitada, inclusive já existe a firma que irá construí-la.

Send assim, a pergunta a ser feita é por que aquela obra já estava paralisada há cinquenta e três dias? A resposta é uma pérola: "Acabou o dinheiro". Mas como acabou o dinheiro se aquela obra foi licitada com verba e tempo para começar e terminar? Isso é grave e dá margem à desconfianças: vale frisar que desvio de dinheiro público é gravíssimo. Vou entrar hoje mesmo com uma ação no Ministério Público, porque o Governo jamais poderia ter paralisado as obras do Mercado Público de Cruzeiro do Sul com a alegação de que faltou recurso.

Concederei a palavra à excelente Deputada cruzeirense da genra, que poderá dizer se estou exagerando ou não sobre essa questão.

Deputada IDALINA ONOFRE (Líder do PPS – EM APARTE) – Deputado Donald, eu acho que V. Exa. está pegando leve hoje, porque semana passada esse mesmo questionamento foi feito nesta Casa. Essa obra foi licitada com recurso do BNDES, no valor de um milhão, novecentos e cinco mil reais e o encarregado disse-me que ela estava parada, porque eles não estavam recebendo pagamento e só mediante o recebimento do pagamento, poderia comprar a cobertura. Na semana passada houve o incêndio e cinco boxes foram queimados, sem falar nos prejuízos dos outros que não foram atingidos pelo fogo, mas que os proprietários tiveram problemas para retirar todos os seus produtos. Sem falar que a maioria foi saqueada. Então questiono quem vai pagar esse prejuízo, já que o prazo de entrega da obra estava para julho deste ano e nós já estamos em outubro e até agora as pessoas estão jogadas ao Deus dará. Sendo assim, este era o meu questionamento e pedi, inclusive, a interferência do Líder do Governo, para que ele fosse em busca de informações sobre o caso para averiguar o porquê da paralisação daquela obra. Obrigada pelo aparte.

Deputado DONALD FERNANDES (PSDB) – Incorporo as suas palavras e vou muito além do que V. Exa. está dizendo. Eu acho que houve mesmo foi desvio. Não é possível que uma obra simples, singela, como o Mercado de Cruzeiro do Sul seja paralisada, uma vez que a obra foi avaliada em um milhão e novecentos mil reais que não foram suficientes para a sua conclusão. É um absurdo! Deve ter ocorrido desvio de verba pública sim! E temos que descobrir com a ajuda do Ministério Público.

O Governo precisa explicar o que houve de fato. Não é possível que o dinheiro tenha acabado. Se qualquer um dos Senhores que estão aí pegassem um milhão e novecentos mil reais faria um mercado inteiro e não só uma obra de recuperação. Por que esse mercado não ficou pronto com tanto dinheiro assim? Com obra licitada e tudo? Com a palavra o Governo. Eu estou muito desconfiado de desvio de verba. Não estou nem dizendo que o Governo tem conhecimento disso. Mas em algum trajeto, em algum setor da obra isso pode ter acontecido. E é preciso averiguar. O povo merece respeito. O trato com o dinheiro público é sério.

Aquele dinheiro do Bndes, ao qual a Deputada se referiu, nós teremos que pagar e vamos pagar com juros, então, agora não podemos aceitar que houve um cochilinho do Governo com relação a essa obra. Concederei a palavra ao meu querido amigo Deputado Taumaturgo Lima.

Deputado TAUMATURGO LIMA (Líder do DEM – EM APARTE) – Deputado Donald Fernandes, eu agradeço pelo aparte. V. Exa. visitou a obra em Cruzeiro do Sul e viu que está sendo construído um novo mercado para ser entregue àqueles comerciantes que trabalhavam antes em condições precárias. O que acontece é que está sendo construído um novo espaço físico com as mesmas características do antigo. Se V. Exa. visitou o local em Cruzeiro do Sul, deve ter presenciado isso. E, se tem tanta segurança de que

houve desvio de dinheiro, deve denunciar. Agora, antes disso, procure se informar melhor, porque o que houve foi um atraso no repasse do pagamento à empresa que está construindo, não se trata de desvio de verba e esse problema já foi resolvido, a obra já foi retomada.

Deputado DONALD FERNANDES (PSDB) – Eu agradeço as palavras do Deputado e não concordo com elas, porque as minhas dívidas permanecem, é muito dinheiro, a obra é pequena, andou devagar e acho que ali tem! O Ministério Público tem que ajudar nessa apuração e o Governo que não venha com essa balela de dizer que será uma obra de arte, é apenas uma recuperação do mercado a preço caríssimo, então, porque a lentidão? Acho que realmente tem alguma coisa no meio disso tudo. Vamos averiguar e entraremos com a ação no Ministério Público com toda certeza, hoje à tarde. Obrigada.

(Sem revisão do orador)

Deputado CHAGAS ROMÃO (Líder do PMDB) – Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Deputadas, Imprensa, Senhoras e Senhores no Salão do Povo, depois de tantas denúncias, venho à tribuna também para fazer uma advertência. Estive em Xapuri, na semana passada, visitando o Projeto Tupá e os assentados estavam em pânico, porque, segundo eles, o Incra fez um convênio com o Governo do Estado e, se não me falha a memória, foi repassado cerca de quarenta mil litros de óleo para recuperação das estradas, inclusive, a do Projeto Tupá.

Esse Projeto tem mais ou menos quinze anos e cerca de trinta e cinco quilômetros de estrada, porém essa via não aguenta uma chuva pesada, Deputado Nogueira Lima. Quando chove os moradores ficam isolados. Como é que o Governo quer segurar o homem no campo se não presta assistência? Logo no início do inverno essa estrada ficará intratável. Se pusesse ao menos uma picarra naquele ramal já ajudaria muito. É uma crueldade o que estão fazendo no Projeto Tupá. Os moradores dizem: "Olha Deputado, aqui são 143 famílias e parece que agora vão assentar mais". Um Projeto que tem mais ou menos quinze anos e com as primeiras chuvas, já fica isolado! É um descaso do Governo do Estado e nós não aceitamos isso.

De 1994 a 1998, o Incra prestava um bom trabalho nos ramais. Era atuante, assentava e dava continuidade aos projetos; picarrava os ramais, os quais tinham trafegabilidade o ano inteiro. Agora, o Incra não está fazendo quase nada e não é porque os funcionários não queiram trabalhar, mas porque os recursos desse órgão são conveniados com o Governo do Estado e não se sabe onde esse dinheiro é aplicado. Quando muito, eles passam a máquina, sequer fazem o picarramento.

Desse jeito não dá para acreditar que estão querendo segurar o homem no campo. E eles já disseram: "Olha, Deputado, nós estamos pensando em fazer uma rebelião, porque estamos no inferno. Não temos Saúde, estamos sem nada, isolados". Então, nós não aceitamos isso e pedimos ao Líder do Governo que veja essa situação antes da chegada do inverno.

Deputado Moisés Diniz, fico satisfeito quando V. Exa. diz que a água lá no Jordão está jorrando a todo vapor. Enquanto isso, aqui em Campinas o povo está prestes a morrer de sede, Deputado Nogueira Lima. O reservatório secou e a água utilizada para se beber está podre. Não existe mais água na Vila Campinas, aqui nas barbas do Governo. Não se admite isso em pleno Século XXI.

Como diz o Dr. Donald, devemos fazer a prevenção e a água que aquele povo está ingerindo é imprópria para o consumo. Quero pedir ao Líder do Governo que veja com o Governador Binho Marques uma solução para esse problema, pois o suplente Charqueiro tem lutado, sem conseguir êxito.

(Sem revisão do orador)

Deputado DELORGEM CAMPOS (Líder do PSB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, contava já contava com dois minutos e meio com muita tranquilidade, mas sou grato pela generosidade de V. Exa., talvez nem ocupe esse tempo.

Hoje não vou polemizar nada. Quero apenas, em nome do Partido Socialista Brasileiro, externar as nossas boas-vindas a nossa colega Deputada Dinha Carvalho, que já esteve conosco nesta Casa. Receba de todos nós, nosso carinho, respeito e apreço. Da mesma forma desejo toda sorte do mundo aos nossos colegas que migraram de siglas por circunstâncias políticas.

O Deputado Walter Prado, até semana passada era nosso companheiro no PSB e hoje se encontra no PDT, assim como o companheiro José Luis; O Deputado Josemir Anute juntou-se ao PSL, liderado pelo companheiro Deputado Luiz Calixto. Desejo a todos muita sorte nas novas legendas.

Senhor Presidente, quinta-feira, passada, num esforço excomunal de uma frente desta Casa, composta pelos Deputados José Carlos, Moisés Diniz, Walter Prado, Ney Amorim, eu e o Deputado Helder Paiva, tentamos solucionar o impasse dos nossos irmãos brasileiros que habitam na fronteira da Bolívia, numa faixa de 50 km.

Eu quero aqui, mais uma vez, elogiar o esforço, a dedicação e a disciplina da comitiva do Itamaraty, contudo o local onde foi instalado o Consulado transitório é muito ruim. Dá até pena daquelas moças que se deslocaram de Brasília. Ressalto também a instalação do consulado em La Paz para atender as necessidades prementes dos nossos irmãos. Eu achei um gesto muito forte do ponto de vista da brasilidade das nossas autoridades. É muito bom que se fale isso.

Senhores Parlamentares, vou dizer aqui o que falei na Audiência Pública: O Presidente da Bolívia não cumpre os acordos. Os brasileiros continuam sofrendo ameaças. Esperamos que aquele Consulado, que é subordinado ao Subconsulado de Pando, possa dar celeridade a essa ação.

Isso demonstra a preocupação de toda classe política e do Itamaraty, de todos os órgãos envolvidos com essa questão, sobretudo o Incra. O Deputado Chagas Ronão falava a respeito da escala de prioridades. Quem se cadastrar pela OIM ou pelo Consulado entrará na casa de prioridades para ser assentados aqui. Como acreano, tenho minhas dúvidas, porque há muitos assentamentos, todavia o Incra, até hoje, não conseguiu implantar o que foi proposto.

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PSL – EM APARTE) – Deputado Delorgem, solicitei esse aparte apenas para comunicar um fato lamentável que ocorreu com um brasileiro há poucos minutos na cidade boliviana de Santa Cruz de La Sierra. Um estudante brasileiro foi metralhado. Recebi essa notícia da minha filha que também estuda lá. Exijo do Governo Brasileiro todo o apoio a esta família de acreanos, que teve um ente querido metralhado. Evidentemente que uma coisa não se relaciona com a outra. Obrigado.

Deputado DELORGEM CAMPOS (Líder do PSB) – Então, eu ratifico o que eu acabo de dizer: O Presidente Evo Morales não costuma cumprir acordos. Então, mais que reunião e instalação de Consulado é preciso que o Brasil tenha mais altivez nesse aspecto. O Brasil é um País generosíssimo, outro dia anistiou quase sessenta mil bolivianos. Todo mundo que chega ao Brasil é bem-vindo. Devido a nossa hospitalidade muitos infratores vêm se esconder aqui, pois temos um coração enorme. E por que razão os nossos bons brasileiros têm que estar sendo humilhados na Bolívia? Nós não podemos aceitar isso em hipótese alguma. É preciso ações enérgicas para que não só o Consulado, mas as ações sejam, realmente, efetivadas. Está aí o exemplo dado pelo Deputado Luiz Calixto. Uma coisa que não tem nada a ver com a outra, mas esse é o tratamento que nós recebemos da Bolívia.

(Sem revisão do orador)

Deputada IDALINA ONOFRE (Líder do PPS) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputado Donald Fernandes recentemente entrei em contato com a empresa AmazonGás, que tem sede em Manaus, devido a disparidade de preços do gás cobrado entre Cruzeiro do Sul, no Acre e Guajará no Amazonas. A carga de gás em Cruzeiro do Sul sai por R\$ 36,65, porque o imposto no Acre para esse tipo de mercadoria é de 5% e é cobrado na fonte. Já em Guajará, o valor da mesma botija é de R\$ 23,60, porque no Amazonas esse produto está incluído na cesta básica daquele Estado e por causa disso só é cobrado 1% de imposto.

O gás de cozinha é um produto bastante usado no Acre, portanto, não entendemos porque o Governo do Estado não o coloca como item da cesta básica das famílias acreanas em especial das do Vale do Juná. Se isso não ocorrer, os cruzeirenses irão passar a comprar gás em Guajará, porque lá é mais barato.

Deputado Moisés Diniz a Assembleia Legislativa tem que se empenhar para que esse benefício em relação ao imposto cobrado pelo gás no Estado do Amazonas se estenda também para o Acre, porque a carga tributária irá diminuir sensivelmente e sobrará mais dinheiro para população.

Tentei saber o preço do gás cobrado em Rondônia para fazer uma comparação com os preços cobrados em Rio Branco, mas infelizmente os responsáveis não quiseram me passar essa informação, porque era por telefone. Mas a informação que eu consegui através da AmazonGás, em Manaus, já dá para saber que o tributo cobrado por essa mercadoria aqui é muito maior do que no Amazonas.

(Sem revisão da oradora)

Deputada MARIA ANTONIA (Líder do PP) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores da Imprensa, todos que estão no Salão do Povo, bom dia, usarei a tribuna tão sereena para dá as boas-vindas a nossa colega, Deputada Dinha.

Quero desejar-lhe uma boa estadia aqui na Assembleia, que Deus proteja a tua caminhada. Seja bem-vinda ao nosso meio, tenho certeza que V. Exa. irá se destacar muito aqui e receba o carinho de todos os Deputados e Deputadas desta Casa. Parabéns.

(Sem revisão da oradora)

Deputado NOGUEIRA LIMA (Líder do DEM) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros no Salão no Povo, Deputado Moisés, meu amigo particular, V. Exa. lembra que tempos atrás, a mais ou menos dez anos, comprávamos arroz, feijão, milho, tudo produzido no Acre. Hoje não fazemos mais isso porque o colono veio para a cidade. Os motivos desses produtos terem acabado não são esses. V. Exa. foi criado no interior, não sei se nasceu em Tarauacá ou Cruzeiro do Sul, porém foi criado com os produtos que eram trazidos pelos colonos. Hoje tudo vem de fora, isso está acontecendo de dez anos para cá. E no Governo de quem? No Governo do PT.

Senhores, o Governador faz-de-conta insiste em nos enganar na questão dos ramais, ele chega e diz assim: nós ajeitamos quatro mil quilômetros de ramais. Deputado Chagas Ronão, isso me faz lembrar daquelas conversas, do tempo do Raimundo Sapateiro, não sei se o Senhor lembra. Quem conheceu o Raimundo Sapateiro, da 6 de Agosto, ele nunca falava a verdade. O Governador parece ser igual ou pior.

Então, Deputado Moisés, o Senhor vem aqui e diz que naquele tempo os produtos não chegavam a cidade, mas que agora o colono vai ter asfalto! Asfalto de onde? A estrada para Cruzeiro do Sul já está em construção há 11 anos. É muito dinheiro nesse Estado. Não tem uma placa que diga assim: o dinheiro é do Estado do Acre! O dinheiro é sempre do Bndes, do BIRD, da Caixa Econômica ou do Banco do Brasil. Nosso mesmo, Deputado Chagas Ronão, nenhum! Os Senhores têm ideia de quanto nós temos que pagar de empréstimos, que foram aprovados aqui, na Assembleia? Nós fomos contra, mas foram mais de dois bilhões de reais. Quem

vai pagar? Sou eu que já estou com 53 anos? Não. São nossos filhos.

Os Senhores que apoiam o Executivo, vêm aqui e dizem que o Governador está trabalhando! Está aqui Senhores: o TCU contestou nove contratos por irregularidades. Esses que me refiro não são do Estado, mas do município.

Segunda a Folha de São Paulo 27 contratos estão sendo analisados por irregularidade e superfaturamento. É muito roubo. Os contratos da Prefeitura, que foram contestados pelo TCU, corresponde a 51 milhões de reais, por essa razão, todas as obras estão suspensas.

Quero que vejam como está nossa cidade, na 6 de Agosto tem urubu no meio da rua, o lixo está há mais de 15 dias sem ser recolhido. Este é o Governo da florestania, que não deu certo. Obrigado.

(Sem revisão do orador)

ORDEM DO DIA

Aberta a Ordem do Dia, o Senhor Secretário procedeu à leitura do Requerimento n. 38/2009, de autoria do Deputado Luiz Calixto, que "Nos temos previstos nos artigos 174 e 175, do Regimento Interno desta Casa, requer a V. Exa. que, após o consentimento do plenário, seja encaminhada requisição ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre, solicitando a remessa, no prazo regimental, de cópias autênticas de todos os decretos governamentais através dos quais foram nomeados os cargos comissionados para a Secretaria de Estado de Articulação Institucional, na atual gestão e relatório com as devidas atribuições funcionais".

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, os Senhores Deputados que forem de acordo com a Matéria, permaneçam sentados; Os contrários, fiquem de pé. Aprovado por 16 votos.

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

Está encerrada a Ordem do Dia.

EXPLICAÇÃO PESSOAL

Deputada DINHA CARVALHO (BPR) – Excelentíssimo Senhor Presidente, Deputado Edvaldo Magalhães, todos os Deputados presentes, Deputada Perpétua de Sá, cumprimento a Senhora em nome de todas as Deputadas estaduais, jornalistas e demais presentes no Salão do Povo. É uma honra estar mais uma vez aqui neste Parlamento, mas eu não poderia deixar, antes de qualquer coisa, de agradecer ao meu Deus, a quem eu devo muito e esta oportunidade foi Ele quem concedeu. Quero agradecer também aos amigos e pastores presentes nesta Casa.

Gostaria de fazer uma justa homenagem ao meu grande amigo, Raimundo Noleto, junto com sua esposa, Pastor Onofre, irmã Antonieta e o Pastor Eliezer Soares, Presidente da Assembleia de Deus de Senador Guimard, irmãos evangélicos que oraram por mim, não para que eu viesse para cá como Deputada, mas para que a Justiça do Acre fosse feita. E eu acredito que isso aconteceu.

Sabemos que foi composta uma chapa por cinco partidos, onde a coligação elegeu doze Deputados. Nada mais justo que hoje se realizasse a posse de um Deputado da coligação.

Eu não posso deixar de agradecer ao Presidente desta Casa, que foi coerente, justo, correto com todos nós, apoiando e esperando com muita seriedade a posição da Justiça. Por isso eu quero agradecer a Justiça Eleitoral do nosso Estado. Como diz o ditado a Justiça tarda, mas não falha. E nesse caso ela não falhou. Espero contar com a mesma posição da Justiça no julgamento do mérito dessa questão.

Quero ainda agradecer a Imprensa, que colocou, que acompanhou, ficou junto dos órgãos, das autoridades, incentivando e ajudando, para que esse processo fosse resolvido e de alguma maneira, ajudando a chegar esse momento. Sabemos que a Imprensa do Acre tem contribuído muito no processo político do Estado, e com certeza, vai continuar cumprindo o seu papel com muita dignidade.

Quero aproveitar aqui a presença de alguns pastores e dizer que as minhas emendas ao orçamento deste ano ainda serão destinada às Igrejas, porque é muito importante o papel que a Igreja tem dentro da sociedade acreana. Conhecemos o trabalho que vocês fazem e o quanto têm contribuído na área social, ou seja, no auxílio às pessoas mais humildes.

Eu não posso deixar de citar aqui o Município de Senador Guimard, o qual está em festa. Hoje, quem toma posse não é a Deputada Dinha, mas sim o Quinari, o município no qual eu cresci e pretendo continuar vivendo.

Muitas pessoas falaram que quando eu fui Deputada aqui, eu não tive boa atuação, que passei despercebida, mas eu acredito que não. Aqueles que eram meus companheiros aqui, sabem que quando assumi esse mandato eu estava grávida e era uma gravidez de risco, não tive como trabalhar. Logo em seguida passei por uma cesariana e quando minha filha estava com menos de seis meses teve uma arritmia cerebral, então não tive como atuar, mesmo assim o povo do Acre me deu mais de mil votos além daqueles eu tinha tirado na primeira eleição. Então o povo do Acre reconheceu a importância de eu ter passado aqui.

Infelizmente, não cheguei no primeiro momento, pois o PR havia coligado com o chapão e ficou muito difícil, assumi apenas por dois anos, os quais foram difíceis, mas, apesar de tudo, eu quase dobrei a minha votação e isso eu agradeço ao povo do Quinari e ao povo do Acre, a quem eu vou dedicar esses quinze meses de mandato que ainda faltam, porque com certeza, vou permanecer aqui, pois eu acredito que a Justiça vai continuar sendo feita.

Quero dizer que uma das bandeiras que eu irei levantar, a partir de hoje, nessa Assembleia, é em defesa da causa da mulher, portanto quero pedir ao Deputado José Luis que faça uma audiência pública em Senador Guimard para tratar da prostituição infantil, pois nós não podemos admitir que a prostituição infantil naquele município tenha aumentado da maneira como está acontecendo ali. Então essa é uma das reivindicações que faço ao Deputado José Luis.

Outra bandeira que faço questão de levantar é com relação ao produtor rural. Só quem sabe o que é ser produtor rural é quem vive na zona rural e enfrenta dificuldades para escoar o seu produto até a cidade. Então, eu coloco esses quinze meses de mandato à disposição do povo do meu Município, do meu Estado, dos meus amigos eleitores e familiares que me ajudaram.

Não posso ser injusta com minha família e, em nome da minha mãe, quero saudar todos que estiveram ao meu lado, porque por muitas vezes eu pensei em desistir, deixar para lá, não brigar mais por esse mandato, mas a minha família esteve ao meu lado, meu esposo e minhas filhas me ajudaram a chegar até aqui. Não foi fácil esperar, foi muito desgastante psicologicamente para mim e minha família. Mas, graças a Deus, fomos vitoriosos nessa batalha e, com certeza, a juíza, a desembargadora que concederam essa liminar irão entender e o Pleno também não se arrependerá da minha atuação na Assembleia. Quero agradecer e dizer que eu sou da Base do Governo. Não serei Oposição, mas votarei de acordo com a minha consciência, e, acima de tudo, pensando nos interesses do povo acreano.

Quero dizer a vocês que quando eu estive aqui eu fiz boas amizades. Independente de lados, independente de situações, eu fui muito respeitada e espero continuar contando com o apoio de vocês, porque nós só podemos fazer um bom trabalho se nos unirmos. Continuaremos trabalhando, mesmo chegando de última hora, mas, com certeza, terei o apoio dos Senhores Deputados, das Senhoras Deputadas, para que juntos possamos fazer além daquilo que foi feito.

Quero, para finalizar as minhas palavras, dizer que estar aqui hoje neste lugar não é mera sorte, é o agir de Deus na minha vida. E a ele eu quero dedicar, dedicar toda a honraria deste dia, porque não foi questão de sorte chegar aqui, foi preciso passar por uma eleição, por uma campanha e por muita dificuldade. Praticamente foram duas campanhas, primeiro uma campanha nas ruas e depois uma campanha na Justiça.

Quero agradecer ao meu advogado, o Dr. Junior Santiago, que incansavelmente esteve ao meu lado, me apoiando, com muita competência e seriedade. Muito obrigada aos meus amigos, aos Senhores Deputados e, mais uma vez, quero agradecer o apoio dado pela Imprensa que não deixou de fiscalizar, de cobrar, de estar junto aos órgãos competentes para agilizar a votação desse processo.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Em nome da Presidência da Casa, da Mesa Diretora e certamente de todo o plenário, queremos dar boas-vindas à Deputada Dinha Carvalho. Já a conhecemos desde a época em que fui Líder do Governo Jorge Viana. A nobre Deputada sempre foi uma pessoa muito correta, cumpridora da sua palavra e isso é muito importante, pois a palavra vale mais do que qualquer atitude.

Seja bem-vinda à esta Casa.

Deputado WALTER PRADO (PSB) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, companheiros da Igreja Assembleia de Deus, que se encontram no Salão do Povo, Imprensa, os quais eu saúdo com a paz de nosso Senhor Jesus Cristo.

Inicialmente, minha irmã na fé em Cristo, Dinha, eu quero fazer uso aqui, de uma frase dita por V.Ex.ª, porque acho que alguns assuntos transcendem a ideologia política, partidária e até a formatação dos Parlamentos, principalmente quando afetam poderosamente as pessoas, especialmente às mais pobres. Desde que cheguei aqui, venho debatendo sobre essa questão da Eletroacre, do abuso e do roubo praticados nas contas de energia deste Estado. A Eletroacre já desmoralizou a Assembleia Legislativa, porque se comprometeu num relatório, o qual eu estou encaminhando à CPI da Energia, em assegurar aos beneficiários do Bolsa-Família uma tarifa social, mas não o fez. Ela presta o pior serviço do Brasil e faz um péssimo atendimento, desafiando a tudo e a todos. A CPI da Energia esteve aqui na Assembleia e as explicações foram as mais absurdas. Ainda ontem, eu recebi informações de que as pessoas que moram perto do Colégio Neutel Maia passaram 24 horas sem energia. Deputados, V.Ex.ªs imaginam o transtorno que isso causa no seio de uma família?

Eu recebi uma conta de energia de R\$ 223.000,00 de uma empresa de comunicação. Isso é um desacato e é um absurdo, mas nada se pode fazer. Eu estou compilando os documentos que comprovam esses absurdos para encaminhar numa representação ao Procurador Federal, Doutor Ricardo, que teve a coragem de condenar o Estado na questão do DDT, porque os recursos deste Parlamento para eles não é nada; só que uma audiência pública é um instrumento sério e ele assinou. Estou vendo agora que nada foi cumprido do compromisso que ficou estabelecido, mas as contas estão chegando e vão ser entregues à CPI da Energia.

Alguns Deputados Federais assumiram aqui o compromisso de que não haveria aumento; mas se comparamos as contas de energia do mês anterior com as deste mês vamos poder ver que houve um aumento de 50% a 60%. Isso é um absurdo! E conforme disse aqui a Deputada Dinha, esse assunto não pode ser só dela e nem só do Deputado Moisés; ele tem que ser do conjunto da Assembleia Legislativa, porque como eu disse ele transcende a qualquer sentimento. Um pobre que recebe R\$ 212,00 do programa Bolsa-Família e tem que pagar uma conta de energia elétrica no valor de R\$ 130,00 a R\$ 140,00. Isso anula os programas sociais no Acre.

Outra coisa mais grave ainda, no meu entendimento, é quando vão fazer os cortes de energia elétrica com a presença de viaturas policiais. Isso é terrível. Se essas pessoas imaginassem, Deputado Nogueira Lima, o quanto é grave psicologicamente, para um pobre desassistido que está às vezes com fome, receber o corte na presença de policiais.

Deputado NOGUEIRA LIMA (Líder do DEM – EM APARTE) – Obrigado pelo aparte, Deputado Walter Prado, V.Ex.ª faz um belíssimo discurso, mas o Senhor fala de uma maneira que a população fica sem entender. Eu falo isso, porque eu tenho ouvido as pessoas dizerem: “espera aí, mas o Deputado Walter Prado defende isso? Então por que ele não faz uma reivindicação direta ao Governo do Estado, para que volte atrás e diminua a taxa do ICMS, do ISS e deixe de mandar a polícia? “Porque quando a polícia vai, ela está cumprindo uma determinação que vem do Governo do Estado. E a polícia tem que dar cobertura a qualquer cidadão que está fazendo o serviço. E o cidadão da Eletroacre está fazendo o serviço dele, porque também é mandado. Então, V.Ex.ª não pode culpar a polícia e nem o rapaz que vai lá deixar a ficha ou cortar a energia. V. Exa. tem que culpar o Governo do Estado, porque aqui no Estado todo mundo sabe que o Governo ainda não se posicionou a respeito disso. Não veio nem aqui na CPI da Energia e nem mandou um representante para discutir isso. Então, nós temos que mostrar para eles que o Governo do Estado está tendo boa vontade para fazer alguma coisa, só porque vai à televisão e diz assim: nós vamos isentar as pequenas contas de luz? Deputado Walter Prado, mais uma vez eu digo que este é um Governo de faz-de-conta, sabe por quê? Porque de uma conta de luz no valor de R\$ 60,00, R\$ 32,00 é só de ICMS e ISS. Não gosto de fazer isso, mas por pena, de vez em quando ajudo umas velhinhas lá da 6 de Agosto. Isso é um absurdo! O Governo do Estado sabe disso, então por que ele não interfere? Por que o Mêncio não veio aqui, dizer: Nós vamos baixar o imposto para 17%. Isso seria maravilhoso. Será que o Governador Binho vai isentar todas as contas de energia com valor de 60 a 80 reais? Ele não vai fazer isso, apenas está enganando a população. V.Ex.ª faz um discurso importante sobre essa questão da energia elétrica, mas temos que achar o culpado disso, pois não adianta fazer um discurso e culpar só a Eletroacre. Obrigado!

Deputado WALTER PRADO (PSB) – Concluindo o meu discurso, quero dizer que o relatório final da Audiência Pública foi encaminhado ao Governador e uma das sugestões é sobre o ICMS. Finalizando, eu quero dizer que se a Assembleia se unir, ela tem o poder de fazer essa cobrança, para que haja essa mudança.

Amanhã, vamos ter Audiência Pública no Sebrae com a própria Aneel. Esse é um indício de que esse movimento já surtiu efeito, pois nessa Audiência será apresentada a proposta, para que ele cumpra os compromissos que assumiu. Eu estarei presente e levarei o relatório que foi encaminhado ao Governo e ao Ministério Público Federal.

Considerando que a Eletroacre é uma empresa pública federal, na próxima semana, eu vou encaminhar uma Representação ao Ministério Público Federal, a fim de que seja instaurado o inquérito para apurar essa valorização.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

(Sem revisão do orador)

Deputado HELDER PAIVA (BPR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputadas, em decorrência da posse da Deputada Dinha deixamos de realizar o Pequeno Expediente. Porém, não posso deixar de dar boas-vindas à Deputada Dinha, que já é figura extremamente conhecida neste Poder e foi uma excelente Parlamentar quando aqui esteve.

Quero, em nome do meu Partido, PR, dar boas-vindas a nossa Deputada, que vem fortalecer nossa agremiação e também a bancada das mulheres, que tem se destacado nesse Poder. Tenho a absoluta certeza que a Deputada Dinha não será diferente,

representará com brilho e carinho a população do nosso Estado, especialmente o nosso partido. A nobre Parlamentar também é integrante da bancada Evangélica nesta Casa.

Creio que em seu mandato ela virá com sua palavra de carinho, principalmente, naqueles momentos que ficamos agitados e precisamos de alguém com seu estilo. Quem ganha com seu retorno é o povo do Acre e não tenho dúvidas de que nós haveremos de passar bons momentos aqui neste Poder.

Hoje, dei entrada com algumas Indicações, mas vou deixar para comentá-las na Sessão de amanhã, considerando que alguns colegas não se encontram no recinto, em decorrência de sua agenda.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Encerramos a Explicação Pessoal como também a presente Sessão e convocamos outra para dia e hora regimental.

81ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA

Realizada em 7 de outubro de 2009
Presidência: Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Secretaria: Deputado NOGUEIRA LIMA

PRESENTES: Deputados Edvaldo Magalhães, Dinha Carvalho, Moisés Diniz, Helder Paiva e Josemir Anute, do BPR; Francisco Viga e Perpétua de Sá, do PT; Donald Fernandes, Luiz Gonzaga e Mazinho Serafim, do PSDB; Chagas Romão, do PMDB; Delorgem Campos, do PSB; Elson Santiago, do PMN; Idalina Onofre, do PPS; Nogueira Lima, do DEM e Gilberto Diniz, do PT do B.

AUSENTES: Deputados Ney Amorim e Taumaturgo Lima, do PT;Antonia Sales, do PMDB;Walter Prado, do PSB; José Luis, do PMN; Maria Antonia, do PP; José Carlos, do PTN e Luiz Calixto, do PSL.

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos e dando o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

EXPEDIENTE

Indicação n. 127/2009, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Helder Paiva, solicitando à Mesa Diretora, que, após ouvido o plenário, seja encaminhado expediente à Superintendência Regional da Receita Federal no Estado do Acre, que dentro das ações de fiscalização da fronteira do Brasil com a Bolívia, instale no Município de Plácido de Castro, um Posto Alfandegário para controle da entrada de mercadorias e produtos importados no Brasil, advindos da Vila Evo Morales – Departamento de Pando – Bolívia;

Indicação n. 128/2009, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada Antonia Sales, solicitando à Mesa Diretora, que, após ouvido o plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para que através da Secretaria de Estado de Extensão Agro-florestal e Produção Familiar – SEAPROF providencie 4 (quatro) barcos motorizados com capacidade para cinco toneladas e 3 (três) barcos com capacidade para quatro toneladas, destinados ao transporte de produtos agrícolas das comunidades abaixo relacionadas pertencentes ao Município de Marechal Thaumaturgo às margens do rio Bagé. Comunidades: Nova Vida e Iracema com 56 famílias; Novo Horizonte e Foz do Bagé com 30 famílias; Foz do Rio Branco e Campos Elísios

com 28 famílias; Foz do Pimentel e Cocal com 26 famílias; Remanso e Cachoeirinha com 42 famílias e Seringueirinha;

Indicação n. 129/2009, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada Antonia Sales, solicitando à Mesa Diretora, que, após ouvido o plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para que através da Secretaria de Extensão Agro-Florestal e Produção Familiar – SEAPROF providencie 2 (dois) barcos motorizados com capacidade para quatro toneladas e 3 (três) barcos com capacidade para cinco toneladas, destinados ao transporte de produtos agrícolas das comunidades abaixo relacionadas pertencentes ao Município de Marechal Thaumaturgo às margens do rio Tejo. Comunidades: Alegria, Prainha e Maranguape com 68 famílias;

Indicação n. 130/2009, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada Antonia Sales, solicitando à Mesa Diretora, que, após ouvido o plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para que através da Secretaria Estadual de Educação – SEE, providencie a construção de uma escola de ensino médio, para a comunidade Alegria às margens do rio Tejo, no Município de Marechal Thaumaturgo;

Indicação n. 131/2009, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada Antonia Sales, solicitando à Mesa Diretora, que, após ouvido o plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para que através da Secretaria Estadual de Educação – SEE, providencie a construção de uma escola de ensino médio, para a Vila Restauração às margens do rio Tejo, no Município de Marechal Thaumaturgo;

Indicação n. 132/2009, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada Antonia Sales, solicitando à Mesa Diretora, que, após ouvido o plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para que através do Departamento Estadual de Estradas de Rodagens, Hidrovias e Infraestrutura Aeroportuária – DERACRE, providencie a limpeza dos rios Tejo e Bagé no Município de Marechal Thaumaturgo;

Indicação n. 133/2009, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada Antonia Sales, solicitando à Mesa Diretora, que, após ouvido o plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para que através da Secretaria de Estado de Extensão Agro-florestal e Produção Familiar – SEAPROF, providencie 2 (dois) barcos motorizados com capacidade para quatro toneladas e 3 (três) barcos com capacidade para cinco toneladas, destinados ao transporte de produtos agrícolas da Vila Restauração no Município de Marechal Thaumaturgo às margens do rio Tejo;

Indicação n. 134/2009, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada Antonia Sales, solicitando à Mesa Diretora, que, após ouvido o plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para que através do Departamento de Estradas de Rodagens, Hidrovias e Infraestrutura Aeroportuária – DERACRE, providencie a limpeza do rio Junú;

Indicação n. 135/2009, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada Antonia Sales, solicitando à Mesa Diretora, que, após ouvido o plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para que através do Departamento de Estradas de Rodagens, Hidrovias e Infraestrutura Aeroportuária – DERACRE, providencie a regularização da pista de pouso de pequenas e médias aeronaves da Vila Restauração, localizada ao longo do rio Tejo no Município de Marechal Thaumaturgo.

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, é com pesar que a Mesa Diretora comunica o falecimento do Policial Legislativo, Carlos Ferreira do Nascimento, que completou no dia 1º de outubro, 29 anos de serviços e ontem foi vítima de bala perdida.

No Pequeno Expediente receberemos uma comissão do Sindicato dos Bancários, que solicitou uma reunião com os Parlamentares em função da greve da categoria. Em seguida retomaremos com o Grande Expediente e a Ordem do Dia.

Está suspensa a presente Sessão. (PAUSA)
Declaramos reabertos os trabalhos.

GRANDE EXPEDIENTE

Deputado CHAGAS ROMÃO (Líder do PMDB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, hoje não era a minha intenção usar esta tribuna, mas mudei de ideia ao ver os bancários aqui reunidos. Quero dizer que eles estão corretos em deflagrarem essa greve, quem está errada é a Febraban, que não concede o aumento que eles reivindicam, como também o Presidente Lula que não intervém nesse impasse.

A população brasileira está há vários dias com o atendimento bancário prejudicado. Portanto, os Parlamentares, os Governos Estadual e Federal têm que ajudar a resolver esse grave problema, porque as pessoas, a cada dia que passa, acumulam mais prejuízos, principalmente os menos favorecidos.

Os bancos têm que voltar a funcionar urgentemente porque, conforme já disseram, essa greve está causando enormes prejuízos à população. E o Governo Federal tem que tomar providências para resolver esse problema, caso contrário, essa greve não terá data para terminar.

Pedimos, mais uma vez, que todas as autoridades tentem resolver o problema da greve dos bancários o mais rápido possível, principalmente o Governo Federal, que é nossa autoridade maior e tem poder suficiente para resolver essa situação.

(Sem revisão do orador)

Deputado DELORGEM CAMPOS (Líder do PSB) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, já me pronunciei acerca da greve dos bancários e sempre que me refiro a esse assunto, falo com conhecimento de causa, porque sou bancário. Sabemos que o trabalho numa instituição financeira é estressante, pois a classe sofre pressão dos banqueiros, para produzirem com qualidade e honestidade. Eles estão reivindicando apenas 45% de aumento salarial, pois é uma vergonha o que ganham.

As empresas deste país como a Petrobrás, a VALE, o grupo Guerdal e a Votorantin dão muitos lucros ao Brasil. O Lula tomou-se Presidente lutando pelas classes populares, sua origem é de trabalhador, porém não conseguiu, até hoje, frear essa ganância absurda e incontrolável que é a rede bancaria.

A informação que eu tenho é que são os bancos privados que estão forçando esse aumento indecente de 4,5% e como os bancos oficiais são atrelados a esse sistema, em virtude, principalmente, dos bancos privados terem força sobre a Febraban. Tenho a mesma opinião de alguns Deputados e acredito que de colegas bancários.

Olhando para o passado, observamos a forma como foram construídos o Banco do Brasil, que é bem antigo, a Caixa Econômica e o Banco da Amazônia. O Banco da Amazônia quer ganhar do Bradesco, que quer ganhar do Itaú. O Banco do Brasil quer ganhar do Unibanco e quem paga o pato somos nós, seres humanos, pais de família.

Os Senhores sabem quais as doenças que mais atacam os bancários? Gastrite e problemas psicológicos, muitos bancários estão em tratamento psiquiátrico, pois trabalham sob pressão e recebem um salário indecente, o que não é justo para uma classe honrada e trabalhadora. É preciso uma ação política, o Congresso tem que acordar. Por acaso esses bancários são chineses ou de outro planeta? Não, são brasileiros, eleitores que contribuíram nas urnas para eleger muitos que estão no cenário federal.

A Mesa Diretora desta Casa, através do nosso Presidente, está à disposição dessa classe, mas só podemos interferir no âmbito estadual. Cabe ao Congresso Nacional e aos Senadores começarem a observar que os bancários são eleitores, brasileiros e que votaram neles. Muitos têm famílias e filhos para sustentar.

Não se pode admitir que um Banco Oficial queira ser igual a um privado. Eles são compostos de pessoas físicas, jurídicas e agem da forma que bem entendem. A única vantagem que os bancários do Banco Privado levam é porque o movimento de greve

atinge toda a classe, mas eles são muitos mais escravizados do que os empregados dos Bancos Oficiais.

Os políticos deste país precisam se manifestar nesse momento. Existem pessoas que trabalham no ramo da economia, as quais estão achincalhando os bancários. Eles não sabem que esses servidores são pessoas dignas, que trabalham com presteza, zelo e honestidade absoluta? No setor público quando acontece algum escândalo, logo correm para abafar, da mesma forma ocorre na política. Então, que é isso? Que país é esse? O Governo que defendemos é o governo do povo, portanto os bancários fazem parte dessa classe.

Estamos aqui, mais uma vez, levantando nossa voz em prol dos companheiros que pediram a ajuda desta Casa. Tenho certeza, caros colegas, que se depender deste Poder, que tem sido o local onde desaguardam todas as necessidades do povo do Acre, que faremos nossa parte. Mas é preciso que a população tenha um pouco de compreensão, até porque as greves de hoje não se comparam com as de 20 anos atrás.

Hoje, nós temos postos de atendimentos eletrônicos que satisfazem as necessidades básicas de quem quer honrar seus compromissos. O Procon tem orientado as pessoas da melhor maneira, para que possam honrar seus compromissos sem culpar os bancários. Se a pessoa não pagou seu boleto é porque não tinha condições de pagar. Sendo assim, não pode culpar os bancários porque o Banco está fechado. Se depender de mim os bancos de todo o Brasil ficarão fechados até que alguém olhe para essa classe, que está sendo discriminada.

(Sem revisão do orador)

Deputada IDALINA ONOFRE (Líder do PPS) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de perguntar se o Governador Binho Marques não tem como indicar o nome de outra pessoa para ocupar o cargo de Secretário de Segurança Pública do Estado do Acre. Fato como o que ocorreu ontem com o segurança desta Casa Legislativa, Sr. Carlos Pereira, poderia ter sido evitado Deputado Donald Fernandes se estivesse à frente da Segurança Pública uma pessoa mais dinâmica e experiente.

Enquanto os legistas faziam autópsia no corpo do nosso segurança, adentraram naquele prédio, policiais carregando algemado o bandido que matou o Sr. Carlos. Sem nenhum pudor e respeito a polícia passou com o assassino na frente dos familiares, sequer respeitaram a dor da família. Os filhos e a esposa do Sr. Carlos Pereira, tiveram que suportar calados a presença do assassino. A polícia poderia ter levado o bandido em outro horário para fazer o exame de corpo de delito.

Isso foi uma afronta e um constrangimento para todos, pois além de estarem passando por um momento tão delicado, tiveram que ficar cara-a-cara com o marginal que matou o chefe da família.

Que Segurança é essa que nós temos? Todos os dias os jornais publicam os vários assaltos que estão ocorrendo na cidade, os bandidos não estão agindo apenas no horário noturno, agem a qualquer hora do dia, começando logo no início das manhãs. E estamos vendo nenhuma ação enérgica por parte dos representantes do Estado na questão da Segurança Pública. Nós acreanos estamos reféns em nossas próprias casas. A marginalidade está à solta.

Nas páginas policiais dos jornais de hoje, Deputado Nogueira Lima, lemos as notícias de três crimes bárbaros, entre eles o caso da morte do estudante de medicina que foi assassinado na Bolívia. Será que só aconteceram esses casos? Quantas barbáries poderão estar sendo jogadas para debaixo do tapete e não são publicadas? Se fossem, ficaríamos mais aterrorizados e não teríamos coragem para sair de dentro das nossas casas.

Ontem estava conversando com uma pessoa que me dizia: Deputada, quando saio para ir ao mercado vou e volto correndo. As pessoas estão com medo, inseguras, estamos sem segurança nenhuma, nem mesmo dentro de casa nos sentimos seguros, estamos reféns dos bandidos.

(Sem revisão da oradora)

Deputado NOGUEIRA LIMA (Líder do DEM) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, companheiros no Salão do Povo, companheiros da Imprensa, informar fatos ruins sobre a Segurança não é bom, principalmente quando acontece com pessoas próximas da gente. Já faz dez anos que eu estou aqui na Assembleia Legislativa falando que esse Governo não trata a Segurança e Saúde como prioridades, porque se assim fizesse eu tenho certeza, Senhores, que diminuiríamos, pelo menos, trinta por cento do que está acontecendo no Acre tanto na Segurança Pública, como na Saúde.

Nesse Estado há apenas duas alternativas de saída: uma pela rodovia e a outra de avião. Os bandidos pobres não podem pagar uma passagem de avião após fazerem um assalto a uma loteria. Então, esses estão sendo presos com o esforço da polícia, sem viaturas, sem condições de trabalho, sem nada, mas estão sendo presos. O cidadão que matou o rapaz aqui da Assembleia tem 23 anos, os que assaltaram a loteria, todos eram menores de idade.

Deputada Idalina, todo dia a Senhora fala de prisões. Ultimamente ocorreram mais de cinquenta detenções, é só irmos às delegacias. São prisões por roubos, venda de drogas e outros delitos.

Senhor Presidente, eu também quero deixar registrado aqui a perda desse jovem que foi fazer o curso de Medicina na Bolívia, Jefferson Pato. Ele era amigo da minha filha. A irmã dele estava a seu lado no momento do assassinato. Eles estudaram juntos desde o jardim de infância.

Ontem, quando o Deputado Luiz Calixto anunciou aqui esse fato, eu tonei um choque, como se fosse uma pessoa da minha família. E eu quero aqui pedir a Deus e a Nossa Senhora que confortem a Dona Edna e o Sr. Cid, pais do Jefferson. O Jefferson era uma pessoa tranquila, um rapaz brincalhão, humilde. Que ele tenha paz e o perdão de Deus aos seus pecados.

Ficamos aqui também preocupados com os brasileiros, acreanos, que estão lá na Bolívia. Será que não dá para o Governo do Estado do Acre, dentro da nossa capacidade política, intervir e trazer essas pessoas? Porque nós vamos ter várias situações iguais a essa e é ruim para o nosso Estado e para o Brasil.

Nós estamos de luto, a família Nogueira Lima está de luto pela perda de Jefferson.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Comunicamos ao plenário que o baixo quorum da Sessão de hoje, dá-se em função da participação de seis Parlamentares na Audiência Pública da Anel, que tratará da questão das tarifas de energia.

ORDEM DO DIA

(Não houve Matéria a ser apreciada).

EXPLICAÇÃO PESSOAL

(Não houve oradores inscritos).

82ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA

Realizada em 8 de outubro de 2009
Presidência: Deputado EDVALDO MAGALHÃES
Secretaria: Deputado WALTER PRADO

PRESENTES: Deputados Edvaldo Magalhães, Dinha Carvalho, Moisés Diniz, Helder Paiva e Josemir Anute, do BPR; Francisco Viga, Ney Amorim e Perpétua de Sá, do PT; Donald Fernandes e Luiz Gonzaga, do PSDB; José Luis e Walter Prado, do PDT; Elson Santiago e Maria Antonia, do PP; Delorgem Campos,

do PSB; Idalina Orefre, do PPS; Nogueira Lima, do DEM; Gilberto Diniz, do PT do B e Luiz Calixto, do PSL.

AUSENTES: Deputados Taumaturgo Lima, do PT; Mazinho Serafim, do PSDB; Antonia Sales e Chagas Romão, do PMDB e José Carlos, do PTN.

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Sba proteção de deus, iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

EXPEDIENTE

Ofício n. 119-SEC./2009, do Senhor Edilberto Saraiva Gomes, Presidente do Partido Democrático Trabalhista, informando que em reunião da Executiva Regional do PDT, foi escolhido para a Liderança do partido o Deputado José Luis;

Ofício n. 120-SEC./2009, do Senhor Edilberto Saraiva Gomes, Presidente do Partido Democrático Trabalhista, informando que se filiaram aos quadros do PDT, os Deputados Estaduais José Luis e Walter Prado;

Ofício 108/2009/ER11/UO11.2 Anatel/AC, do Senhor Cícero Elói Maia Costa, Gerente da Anatel no Estado do Acre, em resposta ao Ofício n. 438/2209.

O Senhor Presidente (EDVALDO MAGALHÃES) – Convocamos os Senhores Deputados para participarem de uma reunião no plenário. Na sequência iremos assistir a uma apresentação dos alunos do projeto Cores e Tons.

Está suspensa a Sessão. (PAUSA)

Reabertos os trabalhos, em virtude do horário regimental, consideramos prejudicados o Pequeno e o Grande Expediente.

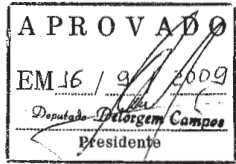
ORDEM DO DIA

(Não houve matéria a ser apreciada).

EXPLICAÇÃO PESSOAL

(Não houve oradores inscritos).

SUBSECRETARIA DE ATIVIDADES
LEGISLATIVAS



RELATOR: Deputado MOISÉS DINIZ

I - RELATÓRIO

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado enviou à apreciação desta Casa, o

PARECER N. 29/2009
PROJETO DE LEI N. 39/2009
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Cria Banco de Horas no âmbito da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre."

Projeto de Lei n. 39, de 16 de setembro de 2009, que "Cria Banco de Horas no âmbito da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre."

A propositura, que tramita em regime de urgência, por força de Mensagem Governamental n. 451/2009, enviada pelo Chefe do Poder Executivo e submetida à apreciação das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo e Orçamento e Finanças, como determina o art. 65 da Resolução 86/90 – Regimento Interno deste Parlamento.

DO PROJETO

Em sua Mensagem o Chefe do Poder Executivo propõe, dentre outras medidas, sobre a iniciativa da proposição advir da necessidade da administração continuar a oferecer, para a população acreana, policiamento ostensivo e de bombeiro de forma ininterrupta.

É natural que durante a gestão dos trabalhos o administrador público possa se deparar com problemas de várias espécies e diferentes proporções. Entretanto, é prudente adotar medidas paliativas para que a sociedade não venha a experimentar nenhum prejuízo até a resolução dessas demandas.

A presente propositura objetiva criar o Banco de Horas pela jornada voluntária de trabalho dos militares estaduais, na constante preocupação em aperfeiçoar, da melhor maneira possível, serviço de aspecto imprescindível e, conjugadamente, resguardar de forma justa as normas de trabalho dos servidores da área da segurança.

A referida jornada consistirá no pagamento de hora extra ao militar estadual devido à necessidade de realização de trabalho extraordinário.

No tocante ao mérito, a medida advém da necessidade da população em ter a presença ostensiva de militares estaduais nas ruas e em eventos populares e, considerando também, ser esta uma demanda de árduo cumprimento, visto o reduzido efetivo, o administrador cria o Banco de Horas, visando o reforço e provimento imediato do Estado ao contingente da força policial que aderir a essa jornada voluntária.

A criação do referido Banco de Horas é uma ação premente às atuais exigências das ações de segurança pública.

No que concerne aos aspectos financeiro-orçamentário, não verificamos qualquer empecilho que possa obstar a aprovação da matéria.

II - PARECER

Do ponto de vista do mérito, cumpre-nos esclarecer que a medida advém da necessidade da população em ter a presença ostensiva de militares estaduais nas ruas e em eventos populares e por considerar, também, ser esta uma demanda de árduo cumprimento, visto o reduzido efetivo. Diante disso, o administrador cria o Banco de Horas, visando o reforço e provimento imediato do Estado ao contingente da força policial que aderir a essa jornada voluntária.

A criação do referido Banco de Horas é uma ação premente às atuais exigências das ações de segurança pública.

No que concerne ao mérito financeiro as medidas acessórias interferem no planejamento financeiro-orçamentário do Estado, competência atribuída, tão somente, ao Chefe do Poder Executivo, conforme previsto no art. 54, § 1º, I da Carta Estadual que admite o aumento de despesa nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador.

Sabedor de sua competência e autorização dispostas nas Leis ns. 2.014/2008 – LDO, 2.093/2008 – LOA e Lei Complementar Federal n. 101/2000, submete a este Parlamento a proposição para apreciação e deliberação destas dought Comissões.

Diante do exposto, manifestamo-nos, sob os aspectos que ora nos cabe examinar a matéria, favoravelmente à **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei n.39/2009, respeitando, todavia a sábia decisão do Colendo Plenário desta Casa de Leis.

É o Parecer.
S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
16 de setembro de 2009

Deputado **MOISÉS DINIZ**
Relator

III – PARECER

PRESIDENTE: Deputado **MOISÉS DINIZ (BPR)**

VICE-PRESIDENTE: Deputado **LUIZ GONZAGA (PSDB)**

TITULARES:

Deputados:

NEY AMORIM (PT)
LUIZ CALIXTO (PSL)
DELORGE CAMPOS (PSB)

SUPLENTES:

Deputados:

PERPÉTUA DE SÁ (PT)
FRANCISCO VIGA (PT)
HELDER PAIVA (BPR)
DONALD FERNANDES (PSDB)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

III – PARECER

PRESIDENTE: Deputado **MOISÉS DINIZ (BPR)**

VICE-PRESIDENTE: Deputado **NOGUEIRA LIMA (DEM)**

TITULARES:

Deputados:

FRANCISCO VIGA (PT)
JOSÉ CARLOS (PTN)
DONALD FERNANDES (PSDB)

SUPLENTES:

Deputados:

PERPÉTUA DE SÁ (PT)
HELDER PAIVA (BPR)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)
DELORGE CAMPOS (PSB)

III – PARECER

PRESIDENTE: Deputado **DELORGE CAMPOS (PSB)**

VICE-PRESIDENTE: Deputado **CHAGAS ROMÃO (PMDB)**

TITULARES:

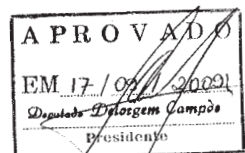
Deputados:

HELDER PAIVA (BPR)
FRANCISCO VIGA (PT)
MAZINHO SERAFIM (PSDB)

SUPLENTES:

Deputados:

LUIZ CALIXTO (sem partido)
NEY AMORIM (PT)
MOISÉS DINIZ (BPR)
JOSÉ CARLOS (PTN)
LUIZ GONZAGA (PSDB)



PARECER N. 30/2009
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.10/2009
AUTORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO
EMENTA: "Altera dispositivos da Lei Complementar n. 8, de 18 e julho de 1983."

RELATOR: Deputado HELDER PAIVA

I - RELATÓRIO:

Em conformidade com as diretrizes constitucionais, o Procurador Geral de Justiça do Ministério Público Estadual, através do OF/GAB/PGJ n. 989, submete à consideração desta Casa Legislativa o Projeto de Lei Complementar n.10/2009, cuja ementa: "Altera dispositivos da Lei Complementar n. 8, de 18 e julho de 1983."

Nos termos do art. 65 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, reúnem-se as Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo e de Orçamento e Finanças para apreciar a matéria.

Para as modificações propostas através da proposição ora em análise, aduz o senhor Procurador Geral que:

Tenho a honra de apresentar à alta consideração de vossa Excelência, a presente EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS para o Projeto de Lei que altera dispositivos da Lei Complementar n. 8, de 18 de julho de 1983, para reorganização das Promotorias de Justiça do interior do Estado, criando Promotorias de Execuções Penais, a partir de proposta aprovada por unanimidade pelo Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Acre.

Quando veio à lume a Constituição Federal de 1988, fortaleceu-se, por soberana deliberação da Assembleia Nacional Constituinte, o Ministério Público do Brasil, cuja grandiosa missão é expressa como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Em decorrência da reconstrução da ordem constitucional, emergiu o Ministério Público sob o signo da legitimidade democrática. Alargaram-se, sobremaneira, as atribuições funcionais, bem como a fisionomia institucional; aperfeiçoam-se os meios necessários à concessão de sua destinação constitucional atendendo-se, finalmente, a antiga reivindicação da própria sociedade.

Nesse contexto, o Ministério Público Estadual tem buscado modernizar-se, transformando a sua forma de proceder tradicional, para solucionar pela via judicial e extrajudicial, direta, célere e eficientemente esses conflitos, de modo a evitar as ameaças e os danos aos interesses difusos e coletivos tão caros à sociedade acreana.

O envio do presente projeto de lei visa fortalecer a Instituição Ministerial para o efetivo cumprimento de sua missão constitucional, criando quatro novas Promotorias de Justiça de Execuções Penais, nos municípios onde existem unidades de recuperação social (unidades prisionais), ou seja, nos municípios de Senador Guiomard, Sena Madureira, Tarauacá e Cruzeiro do Sul.

No que tange ao 1º grau de atuação do Ministério Público, acreditamos que a criação da Promotoria de Execuções Penais será importante passo na proteção da sociedade, o que se coaduna por inteiro com as recomendações do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Nacional de Justiça, instituições cada vez mais engajadas em uma prestação jurisdicional célere e eficiente.

Entendemos que as modificações propostas atendem ao princípio da eficiência (introduzido no texto constitucional pela Emenda Constitucional n.19/98), que determina que a Administração Pública busque aperfeiçoar os serviços e as atividades prestadas, buscando otimizar os resultados e atender o interesse público com maiores índices de adequação, eficácia e satisfação, caminho indeclinável para o cumprimento da missão Ministério Público, constituindo-se, ainda, numa conquista da sociedade civil, posto que visa fortalecer a atuação do órgão em múltiplas áreas e instancias.

A propositura se justifica pelo atendimento às normas legais, *in verbis*:

Constituição Federal:

"Art. 127. ...

...
§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira, a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.

Constituição Estadual:

"Art. 113. Lei Complementar, cuja inicialiva é facultada ao Procurador-Geral de Justiça do Estado, estabelecerá a organização, as atribuições e o Estatuto do Ministério Público, observadas relativamente aos seus membros: ..."

Da análise técnica desta proposição não incorre em vícios de injuridicidade, sendo compatível com o ordenamento jurídico pátrios, observando o disposto na Lei Complementar Estadual n. 8/83, e suas alterações, Lei Federal n. 8.625/93 e Lei Complementar Federal n. 75/93.

Analisando a propositura sob o ângulo econômico, e financeiro, nota-se um aumento da despesa pública com pessoal. Tal dispêndio será suportado pelo orçamento em vigor. Salientando-se que o Chefe do Poder Executivo já dispõe de previsão e autorização nas Leis ns. 2.014/08 – LDO, 2.093/08 – LOA e Lei Complementar Federal n. 101/2000, respectivamente, podendo assim, criar ou extinguir cargos dentro das Instituições Públicas conforme a necessidade. Ressalte-se, no entanto, o alcance social advindo da implementação da referida lei aqui proposta. No momento da criação dessas promotorias, nota-se o compromisso do Poder Executivo em prestar um melhor serviço para população desses municípios do interior. Estando o referido Projeto de acordo com os ditames constitucionais, não há nenhum óbice à sua aprovação.

II - PARECER

À luz do exposto, a matéria em tela traduz-se cristalina quanto a sua propositura e está fulcrada na reserva legal assegurada ao Procurador Geral de Justiça do Ministério Público Estadual pelo disposto no § 2º do art. 127 da Constituição Federal e art. 113 da Carta Acreana.

No mérito, o presente projeto de lei visa fortalecer a Instituição Ministerial para o efetivo cumprimento de sua missão constitucional, criando quatro novas Promotorias de Justiça de Execuções Penais, nos municípios onde existem unidades de recuperação social (unidades prisionais), ou seja, nos municípios de Senador Guiomard, Sena Madureira, Tarauacá e Cruzeiro do Sul.

Entendemos que as modificações propostas à Lei Complementar n. 8/93, atendem ao princípio da eficiência (introduzido no texto constitucional pela Emenda Constitucional n. 19/98) que determina que a Administração Pública busque aperfeiçoar os serviços e as atividades prestadas, buscando otimizar os resultados e atender o interesse público com maiores índices de adequação, eficácia e satisfação, caminho indeclinável para o cumprimento da missão Ministério Público, constituindo-se, ainda, numa conquista da sociedade civil, posto que visa fortalecer a atuação do órgão em múltiplas áreas e instâncias.

Assim, não encontrando óbices do ponto de vista constitucional, jurídico ou legal, bem assim com as disposições financeiro-orçamentárias vigentes, declino-me pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Complementar n.10/2009, respeitando, contudo, decisão dos demais membros destas Comissões e do soberano Plenário deste Parlamento.

É o Parecer.
S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
17 de setembro de 2009.

Deputado HELDER PAIVA
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado MOISÉS DINIZ (BPR)

VICE-PRESIDENTE: Deputado LUIZ GONZAGA (PSDB)

TITULARES:

Deputados:

NEY AMORIM (PT)
LUIZ CALIXTO (PSL)
DELOGEM CAMPOS (PSB)

SUPLENTE:

Deputados:

PERPETUA DE SÁ (PT)
FRANCISCO VIGA (PT)
HELDER PAIVA (BPR)
DONALD FERNANDES (PSDB)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

III – PARECER

PRESIDENTE: Deputado MOISÉS DINIZ (BPR)

VICE-PRESIDENTE: Deputado NOGUEIRA LIMA (DEM)

TITULARES:

Deputados:

FRANCISCO VIGA (PT)
JOSÉ CARLOS (PTN)
DONALD FERNANDES (PSDB)

SUPLENTE:

Deputados:

PERPÉTUA DE SÁ (PT)
HELDER PAIVA (BPR)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)
DELOGEM CAMPOS (PSB)

III – PARECER

PRESIDENTE: Deputado DELOGEM CAMPOS (PSB)

VICE-PRESIDENTE: Deputado CHAGAS ROMÃO (PMDB)

TITULARES:

Deputados:

HELDER PAIVA (BPR)
FRANCISCO VIGA (PT)
MAZINHO SERAFIM (PSDB)

SUPLENTE:

Deputados:

LUIZ CALIXTO (PSL)
NEY AMORIM (PT)
MOISÉS DINIZ (BPR)
JOSÉ CARLOS (PTN)
LUIZ GONZAGA (PSDB)

DIVERSOS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo nº 552/2009

Contrato nº 032/2009

Contratante: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE

Contratado: ALEXANDRE M. LIMA - Jornal "O ALTO ACRE".

Objeto: Serviço de divulgação das atividades desenvolvidas pela Assembleia Legislativa do Estado do Acre.

Valor Total: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Assinatura do Contrato: 03.08.2009

Fundamentação Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666, de 1993

Dotação Orçamentária: P.T. - 10100101031200120050000

E.D. - 33.90.39.00

Autorização: Mesa Diretora, nos termos do art. 18, inciso I, alínea "h" da Res. nº 86/90.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo nº 1.033/2009

Contratante: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE

Contratado: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE - TCE

Objeto: Treinamento e Capacitação para servidores, assessores e agentes políticos por meio de participação no curso de especialização "MBA EM GESTÃO PÚBLICA COM ÊNFASE EM CONTROLE EXTERNO".

Valor Total: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

Fundamentação Legal: Art. 25, inc. I, da Lei nº 8.666, de 1993

Dotação Orçamentária: P.T. - 10100101031200120040000

E.D. - 33.90.39.00

Autorização: Mesa Diretora, nos termos do art. 18, inciso I, alínea "h" da Res. nº 86/90.



Estado do Acre
Assembleia Legislativa

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº 1.279/2009.

Dispensa de Licitação: nº 099/2009.

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado do Acre.

Contratada: L. A. SOM.

Objeto: Compra de uma mesa de som com 12 canais, um amplificador de 1.000 wats.

Dotação Orçamentária: ORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - P. T. -10100101031200110020000, E. D. -44.90.52.00.

Valor Total: R\$ 997,00 (novecentos e noventa e sete reais)

Fundamentação Legal: Art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666, de 1993.

Autorização: Mesa Diretora, nos termos do art. 18, inciso I, alínea "h" da Resolução nº 86, de 1990.



Estado do Acre
Assembleia Legislativa

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº 1.279/2009.

Dispensa de Licitação: nº 099/2009.

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado do Acre.

Contratada: ELETRÔNICA ROQUE LTDA.

Objeto: Compra de um rack regulável de 1,30 cm de altura e 65 cm de largura.

Dotação Orçamentária: ORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - P. T. -10100101031200110020000, E. D. -44.90.52.00.

Valor Total: R\$ 145,00 (cento e quarenta e cinco reais).

Fundamentação Legal: Art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666, de 1993.

Autorização: Mesa Diretora, nos termos do art. 18, inciso I, alínea "h" da Resolução nº 86, de 1990.



Estado do Acre
Assembleia Legislativa

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº 1.284/2009.

Dispensa de Licitação: nº 100/2009.

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado do Acre.

Contratada: BOMBERAÇO EXTINTORES LTDA.

Objeto: Aquisição de recargas de extintores.

Dotação Orçamentária: GESTÃO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO - P. T. - 10100101031200120050000, E. D. - 33.90.39.00.

Valor Total: R\$ 1.570,00 (mil, quinhentos e setenta reais).

Fundamentação Legal: Art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666, de 1993.

Autorização: Mesa Diretora, nos termos do art. 18, inciso I, alínea "h" da Resolução nº 86, de 1990.

Ata da 77ª Sessão Ordinária Deliberativa da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura.
Realizada em 29 de setembro de 2009.
Presidência: Deputado **Edvaldo Magalhães**
Secretaria: Deputado **Elson Santiago**

Às dez horas e quinze minutos, sob a Presidência do Deputado **Edvaldo Magalhães**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado **Elson Santiago**, Secretário, em exercício, presentes os Deputados: **Francisco Viga**, **Merla Albuquerque**, **Perpétua de Sá** e **Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Moisés Diniz**, **Helder Paiva** e **Josemir Anute**, do Bloco Popular Republicano – BPR; **Donald Fernandes** e **Luiz Gonzaga**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Chagas Romão**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Delorgem Campos** e **Walter Prado**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **José Luis**, do Partido da Mobilização Nacional – PMN; **Idalina Onofre**, do Partido Popular Socialista - PPS; **Maria Antonia**, do Partido Progressista – PP; **José Carlos**, do Partido Trabalhista Nacional - PTN e **Luiz Calixto**, do Partido Social Liberal - PSL. Ausentes os Deputados **Ney Amorim**, **Mazinho Serafim**, **Antonia Sales**, **Nogueira Lima** e **Gilberto Diniz**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão e dado o adiantado da hora, foi considerada lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. O Expediente do Dia constou de **Projeto de Lei n. 41/2009**, de autoria do Deputado Walter Prado, que “Institui o Dia Estadual da Marcha para Jesus”; **Projeto de Lei n. 43/2009**, de autoria da Deputada Idalina Onofre, que “Dispõe sobre a proibição do uso de telefone celular nas escolas estaduais do Estado do Acre”; **Indicação n. 122/2009**, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Helder Paiva, solicitando à Mesa Diretora, que, após ouvido o plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para junto às Secretarias de Saúde e de Assistência Social, seja criado um centro para tratamento de dependentes químicos, especificamente para o tratamento de mulheres; **Indicação n. 123/2009**, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Helder Paiva, solicitando à Mesa Diretora, que, após ouvido o plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para junto as Secretarias de Educação e de Assistência Social, sejam criadas creches comunitárias na Regional Baixada do Sol, no Município de Rio Branco; **Mensagem n. 454/2009**, do Excelentíssimo Senhor Binho Marques, Governador do Estado do Acre, encaminhando o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO para o exercício de 2010. Aberto o **Pequeno Expediente**, usaram da palavra os Deputados **Idalina Onofre**, Líder do PPS; **Delorgem Campos**, Líder do PSB; **Luiz Calixto**, Líder do PSL; **Donald Fernandes**, do PSDB; **Walter Prado**, do PSB. Aberto o Grande Expediente, usaram da palavra os Deputados **Moisés Diniz**, Líder do Governo, que foi aparteado pelo Deputado Luiz Calixto; **Donald Fernandes**, do PSDB; **Walter Prado**, do PSB e **Idalina Onofre**, Líder do PPS. Aberta a **Ordem do Dia**, o Senhor Secretário procedeu à leitura do **Requerimento n. 33/2009**, de autoria do Deputado Helder Paiva, solicitando que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Superintendente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel no Estado do Acre, para que no prazo regimental preste as seguintes informações: 1. Qual a quantidade de rádios de todas as frequências instaladas nos municípios fronteiriços do Estado do Acre nos países vizinhos da Bolívia e Peru; 2. Se existe legislação de competência da Anatel, para expedir autorização de funcionamento dessas rádios, uma vez que, mesmo não instaladas em território nacional, têm abrangência e programação dirigida ao público brasileiro. Em discussão, não houve oradores. Em Questão de Ordem, o Deputado Luiz Calixto, solicitou a suspensão da Sessão, por dois minutos, para que pudesse ter mais conhecimento do Requerimento. O Senhor Presidente, Edvaldo Magalhães, acatou a questão de Ordem do Deputado Luiz Calixto e suspendeu a Sessão, por dois minutos. (PAUSA) Reaberta a Sessão. Em votação, foi aprovado por 17 votos. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário que a Mesa tomaria as devidas providências. O Senhor Secretário, procedeu a leitura do **Requerimento n. 34/2009**, de autoria do Deputado Helder Paiva, solicitando que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para junto ao Presidente do Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC, no prazo regimental, preste as seguintes informações: 1. Sobre os procedimentos de coleta de lixo doméstico, nos municípios acreanos; 2. Se os Municípios atendem as regulamentações das Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama; 3. Quais os procedimentos adotados pelo IMAC, para coleta de lixo doméstico e preservação

ambiental, zelando pelo meio ambiente e pela saúde pública. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 17 votos. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário que a Mesa tomaria as devidas providências. O Senhor Secretário procedeu à leitura do **Requerimento n. 35/2009**, do Deputado Helder Paiva, solicitando que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para junto a Secretaria de Estado de Finanças e Gestão Pública, preste as seguintes informações: 1. Cópia da Legislação (portaria e decretos do Governo) que regulamenta a cobrança do Imposto de Propriedade de Veículos Automotores – IPVA; 2. Qual a alíquota cobrada no Estado do Acre e quais os valores cobrados em outros Estados da Federação. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 16 votos. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário que a Mesa tomaria as devidas providências. O Senhor Secretário procedeu à leitura do **Requerimento n. 36/2009**, do Deputado Helder Paiva, solicitando que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para junto à Assessoria Especial dos Povos Indígenas, preste as seguintes informações: 1. Mapa do Estado do Acre, com localização das Terras, Tribos e Troncos linguísticos e censo populacional, com crescimento e/ou decréscimo demográfico dos Povos Indígenas. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 16 votos. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário que a Mesa tomaria as devidas providências. O Senhor Secretário procedeu à leitura do **Requerimento n. 37/2009**, do Deputado Helder Paiva, solicitando que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para junto ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, Hidrovias e Infraestrutura Aeroportuária – Deracre, preste as seguintes informações: 1. Quais os critérios para concessões de linhas de transporte público ou particular na BR-364 até o distrito de Campinas e na estrada Transacreana; 2. Quais as empresas que operam nos percursos acima descritos. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 16 votos. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário que a Mesa tomaria as devidas providências. Está encerrada a Ordem do Dia. Aberta a **Explicação Pessoal**, usaram da palavra os Deputados **Helder Paiva**, do BPR; **Taumaturgo Lima**, do PT, que foi aparteado pelos Deputados Idalina Onofre, Luiz Calixto e Walter Prado. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, encerrou a presente Sessão Ordinária às 11h40min, convocando outra Sessão para dia e hora regimental. E para constar, eu....., lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

.....
Presidente
.....
1º Secretário
.....
2º Secretário

Ata da 78ª Sessão Ordinária Deliberativa da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura.
Realizada em 30 de setembro de 2009.
Presidência: Deputado **Edvaldo Magalhães**
Secretaria: Deputado **Taumaturgo Lima**

Às dez horas e quinze minutos, sob a Presidência do Deputado **Edvaldo Magalhães**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado, **Taumaturgo Lima**, Secretário, presentes os Deputados: **Francisco Viga**, **Merla Albuquerque**, **Ney Amorim** e **Perpétua de Sá**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Moisés Diniz**, **Helder Paiva** e **Josemir Anute**, do Bloco Popular Republicano – BPR; **Donald Fernandes**, **Luiz Gonzaga**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Antonia Sales**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Delorgem Campos** e **Walter Prado**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **Elson Santiago** e **José Luis**, do

Partido da Mobilização Nacional –PMN; **Idalina Onofre**, do Partido Popular Socialista - PPS; **Maria Antonia**, do Partido Progressista – PP; **Nogueira Lima**, dos Democratas – DEM; **José Carlos**, do Partido Trabalhista Nacional – PTN e **Luiz Calixto**, do Partido Social Liberal - PSL. Ausentes os Deputados **Mazinho Serafim**, **Chagas Romão** e **Gilberto Diniz**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão e dado o adiantado da hora, foi considerada lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

O **Expediente do Dia** constou de **OF/GAB/PGJ/N. 853/2009**, do Senhor **Edmar Azevedo Monteiro Filho**, Procurador-Geral de Justiça, encaminhando Projeto de Lei Complementar n. 11/2009, que “Autoriza o Ministério Público do Estado do Acre a proceder a doação de computadores e itens de informática inservíveis ou antieconômicos”;

Indicação n. 124/2009, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado **Donald Fernandes**, solicitando à Mesa Diretora, que, após ouvido o plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor **Marcos Alexandre Aguiar**, Diretor-geral do Departamento de Estradas e Rodagens do Acre, solicitando reparos no Ramal Bom Jesus, na Estrada do Pólo do Taquari;

Projeto de Lei n. 45/2009, de autoria da Deputada **Maria Antonia**, que “Dispõe sobre a classificação da visão monocular como deficiência visual, no âmbito do Estado do Acre”;

Projeto de Lei n. 46/2009, de autoria do Deputado **Walter Prado**, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Ilustríssimo Senhor **Joaquim Moisés** e dá outras providências” e **Projeto de Lei n. 47/2009**, de autoria do Deputado **Walter Prado**, que “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Ilustríssimo Senhor **Carlos Ovidio Duarte Rocha** e dá outras providências”. Aberto o **Pequeno Expediente**, usaram da palavra os Deputados **Nogueira Lima**, Líder do DEM; **Idalina Onofre**, Líder do PPS; **Walter Prado**, do PSB; **Maria Antonia**, do PMDB; **Taumaturgo Lima**, do PT e **José Luis**, Líder do PMN. Aberto o **Grande Expediente**, usaram da palavra os Deputados **Nogueira Lima**, Líder do DEM; **Donald Fernandes**, do PSDB; **Walter Prado**, do PSB; **Idalina Onofre**, Líder do PPS. Aberta a **Ordem do Dia**, não houve matéria a ser apreciada. Aberta a **Explicação Pessoal**, usaram da palavra os Deputados **Antonia Sales**, do PMDB, que foi apartada pelos Deputados **Walter Prado** e **Nogueira Lima**; **José Luis**, Líder do PMN, **Moisés Diniz**, Líder do Governo, **Perpétua de Sá**, do PT; **Walter Prado**, do PSB; **Idalina Onofre**, Líder do PPS, que foi apartada pelo Deputado **Luiz Calixto**; **Taumaturgo Lima**, do PT, que foi apartado pela Deputada **Antonia Sales**, **Nogueira Lima**, Líder do DEM, que foi apartado pelos Deputados **Taumaturgo Lima** e **Luiz Calixto**. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, informou ao plenário que nem o Deputado **Nogueira Lima** e nem o Deputado **Walter Prado** utilizaram expressões que não deveriam ser colocadas neste Parlamento e disse ainda que, se caso tivesse acontecido, teria interferido no mesmo momento e **Helder Paiva**, do BPR. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, encerrou a presente Sessão Ordinária às 12h50min, convocando outra Sessão para dia e hora regimental. E para constar, eu, *João Pinheiro*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

.....

Presidente

.....

1º Secretário

.....

2º Secretário

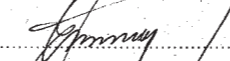
Ata da 79ª Sessão Ordinária Deliberativa da Terceira
Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura.

Realizada em 1 de outubro de 2009.


Presidência: Deputado Edvaldo Magalhães

Secretaria: Deputado **Elson Santiago**


As dez horas e quatorze minutos, sob a Presidência do Deputado **Edvaldo Magalhães**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado, **Elson Santiago**, Secretário, em exercício, presentes os Deputados: **Francisco Viga, Merla Albuquerque, Ney Amorim, Perpétua de Sá e Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Moisés Diniz, Helder Paiva e Josemir Anute**, do Bloco Popular Republicano – BPR; **Donald Fernandes, Luiz Gonzaga e Mazinho Serafim**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Antonia Sales e Chagas Romão**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Delorgem Campos e Walter Prado**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **José Luis**, do Partido da Mobilização Nacional – PMN; **Idalina Onofre**, do Partido Popular Socialista – PPS; **Maria Antonia**, do Partido Progressista – PP; **Nogueira Lima**, dos Democratas – DEM; **José Carlos**, do Partido Trabalhista Nacional – PTN; **Gilberto Diniz**, do Partido Trabalhista do Brasil – PT do B e **Luiz Calixto**, do Partido Social Liberal – PSL, foram abertos os trabalhos da presente Sessão e dado o adiantado da hora, foi considerada lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. Não houve Expediente a ser lido. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, comunicou ao plenário que os Deputados Helder Paiva, Moisés Diniz, José Carlos, Walter Prado e Ney Amorim foram representar esta Casa na reunião em Plácido de Castro, para instalação do Consulado Sazonal que tratará da questão da presença dos brasileiros na Bolívia. Comunicou ainda, que à tarde haverá uma audiência pública com o Ministério das Relações Exteriores com a comunidade e nossos Parlamentares. Na sequência, suspendeu a Sessão para que os Senhores Deputados pudessem participar de uma reunião, para tratarmos da pauta da Ordem do Dia. (PAUSA) Reaberta a Sessão e dado o adiantado da hora, foram considerados prejudicados o Pequeno e o Grande Expediente. Aberta a **Ordem do Dia**, não houve oradores inscritos. Aberta a **Explicação Pessoal**, não houve oradores inscritos. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, encerrou a presente Sessão Ordinária às 12h57min, convocando outra Sessão para dia e hora regimental. E para constar, eu, *[assinatura]*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente *[assinatura]* e subscrita pelos Secretários.



Presidente



1º Secretário



2º Secretário

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO
DO ESTADO DO ACRE
Editado pela:
Subsecretaria de Publicidade e
Comunicação Social
Diretor Responsável:
João Roberto Braña Bezerra
Inscrição 13198
Coordenadora de Redação e Revisão
de Atas:
Juscelina Barbosa Pinheiro
Apoio:
Coordenadoria de Comunicação Social
Composto e Impresso na Gráfica Globo Ltda.
Endereço: Av. Gará - 3.335.